SENADO FEDERAL
Senador **PAULO PAIM**

PÁTRIA SOMOS TODOS

Brasília – 2007

Coordenador Editorial: Paulo André Louzada

Capa: Jairo Valle

Impressão e acabamento: SEEP – Senado Federal

Foto: Agência Senado, Valcir Pires, Manoel Fernando, Agência Edson Castêncio

Projeto Gráfico: Mateus Leal

Programação visual: Jackson Ferreira Barbosa

Revisão: Denize Campello, Susi Closs e SEEP

Paim, Paulo, 1950-.

Pátria somos todos / Paulo Paim. – Brasília : Senado Federal, 2007.

175 p.

1. Rio Grande do Sul, História. 2. Colonização, Rio Grande do Sul. 3. Imigração, Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD 981.65

À memória de meus pais

Itália Ventura da Silva Paim
e Ignácio Alves Paim

AGRADECIMENTOS

AO MEU GABINETE DE BRASÍLIA, AO CENTRO DE INTEGRAÇÃO PAULO PAIM (CIPP), EM CANOAS, AO PROJETO CANTANDO AS DIFERENÇAS, AOS CONSELHOS POLÍTICOS DO MEU MANDATO, AOS PROFESSORES OTTMAR TESKE, LAINO SCHEINEDER, HUMBERTO LIPO E A TODOS OS AMIGOS QUE COLABORARAM NA CONSTRUÇÃO DESTE LIVRO

"Não há vento favorável para quem não sabe a que porto quer chegar"

Luiz Carlos Prestes

Apresentação

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

PAI METALÚRGICO, mãe dona-de-casa. Numa casa simples de Caxias do Sul, RS, nasceu, em 15 de março de 1950, um dos mais talentosos e atuantes políticos gaúchos: o Senador Paulo Paim, que figura todos os anos na lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como um dos "Cem Cabeças do Congresso".

Trabalhando desde os oito anos, conheceu preconceitos, foi vítima deles, e se tornou uma voz bradando incansável contra todas as formas de discriminação e pela defesa dos direitos dos trabalhadores. De operário, metalúrgico e líder sindical passou a deputado constituinte, sendo reeleito consecutivamente por mais três mandatos. Em 2003, assumiu a vaga de senador e atuou como vice-presidente da Casa por dois anos. Em 2007, chegou à Presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Sua história pessoal é de muitas lutas e de muitas vitórias. Não obstante a origem humilde, sagrou-se o deputado federal mais votado de todo o Rio Grande do Sul e sua liderança e capacidade deram-lhe merecido destaque no Congresso Nacional, sendo reconhecido pela atuação como defensor pertinaz dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, idosos, negros, índios, pessoas com deficiência, servidores públicos, mulheres, crianças, desempregados, daqueles que lutam pela livre opção sexual e de todos os discriminados e excluídos da sociedade. É autor do Estatuto do Idoso (em vigor) e dos Estatutos da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência (já aprovados pelo Senado e em tramitação na Câmara).

Pátria somos todos é uma obra que vislumbra a história da imigração e colonização do Rio Grande do Sul, entrelaçando fatos atuais e personagens da rica diversidade cultural e política do povo gaúcho, numa linguagem com forte influência regional, porém de fácil compreensão e leitura muito agradável.

O livro reafirma o Senador como um inteligente debatedor das causas nacionais, que age com tenacidade pelo desenvolvimento de seu Estado e do País. O resumo de algumas das principais iniciativas e lutas do Senador Paulo Paim, constante da obra, mostra uma atuação parlamentar desvinculada de ideologias e partidarismo, pois se trata de trabalhar pela construção de um projeto maior, que contempla as mais legítimas aspirações populares.

Pátria somos todos é um tributo ao Rio Grande do Sul e ao povo gaúcho, às suas histórias e lutas. Uma leitura que faz conhecer um pouco mais o estado e um de seus filhos mais ilustres, o escritor e Senador Paulo Paim.

Primeira Parte

As faces

Aos desbravadores da nossa querência

TENHO UM FORTE SENTIMENTO de carinho para com as diversas etnias que fazem parte da formação histórica do povo gaúcho.

Se a mim fosse dada a escolha de um sonho com certeza seria o de ver as diferenças convivendo sem perder suas identidades.

Eu quero enxergar o outro no seu cotidiano e convidar a todos a pensar as diferenças culturais, sociais e individuais desses povos que sofreram processos de ocultação histórica e exclusão das políticas de cidadania que poderiam reafirmar suas origens.

Nesse sentido o ritual da cuia de chimarrão passando de mão em mão tem a sua função. A roda sempre foi comprometida com a aproximação e acolhida do outro.

As trocas de experiências e de cuias contribuem para o fortalecimento de atitudes na busca constante do reconhecimento político das diferenças.

Não há uma unidade simplista para o Povo Gaúcho. Por isso, creio que a riqueza das diferenças produz conhecimento e sabedoria.

Vocês já perceberam a riqueza dos cantos, versos, poesia em diferentes sotaques que compõem a nossa gente?

Ela se faz presente nas danças, na culinária, nas vestes, no rangido das carretas de boi, nos artesanatos em couro e madeira e em todas as manifestações culturais. Entre o cheiro do suor e o toque das mãos calejadas, entre rugas e cabelos brancos, entre uma história e outra triste ou alegre.

É com saudade e esperança que a vida acontece.

ORDEM E PR

ITALIANOS

O FILME "O Quatrilho" do diretor Bruno Barreto, que foi baseado no livro do caxiense José Clemente Pozenato, colocou a região da serra gaúcha nos noticiários do mundo inteiro. Não há como não se emocionar ao ver na tela grande a valorização da cultura italiana no Rio Grande do Sul.

Depois que assisti várias vezes o filme, me foi dada a oportunidade de ler o livro. Ele me foi presenteado no dia de meu aniversário, em 15 de março de 1997. Li quase de uma vez, entre Porto Alegre e Brasília.

Mas o que é mais interessante em todos estes fatos que marcaram a colonização no Rio Grande do Sul é a pujança e a fibra dos italianos que deixaram o velho mundo para virem para cá e iniciar uma nova vida. E Deus quis que fosse bem aqui onde Giuseppe Garibaldi e Anita fizeram história.

É claro que nada foi às mil maravilhas. Os primeiros imigrantes que chegaram por estas plagas tiveram de enfrentar muitas dificuldades pelos caminhos. E tudo começou entre os vales dos rios Caí e das Antas, limitando-se ao norte com os campos de Cima da Serra, e ao sul com as colônias alemãs do vale dos rios das Antas e Caí.

> Os "nonnos e nonnas" desbravaram com facão e enxada as terras adquiridas. Calo nas mãos era o que não faltava. Os lotes que receberam ficavam entre 15 e 35 hectares. Plantavam de tudo, mas principalmente milho e trigo. Mas sem dúvida o que marcou mesmo foi o cultivo de videiras.

Os colonos, ao introduzirem novas variedades de uvas, começaram o que eu chamo de uma verdadeira revolução na produção do vinho gaúcho. E foi a partir dos anos 1900 que começaram a serem formadas cooperativas vinícolas. A produção cresceu e melhorou e o nosso Rio Grande do Sul passou a ser o principal produtor, no País, da bebida de Baco e Dionísio.

O desenvolvimento veio a galope nessa região de italianos que com o tempo foi se caldeando com outras etnias. Atualmente, a indústria, o setor de serviços e a agropecuária são fundamentais para o PIB gaúcho.

E o que dizer do folclore, dos poetas, dos cantores, das festas, dos pratos típicos, do turismo inigualável, de toda gente que com sua hospitalidade nos brinda em coroamento para um novo tempo?

Brava gente italiana do Sul do Brasil.

Grazie fratelos ítalos-gaúchos que tão bem me recebem quando passo para dar um abraço. *Grazie* amigos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Garibaldi, Farroupilha, Carlos Barbosa, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca e tantas outras comunidades que têm um pouco da velha Itália em suas ruas, praças e no olhar de sua gente.

Alemães

EM UMA DESSAS MINHAS ANDANÇAS pelo Rio Grande do Sul fui parar na Oktoberfest de Santa Cruz do Sul. O Carlinhos Weber logo de cara me disse que eu teria de dançar uma polca e provar uma comida típica. O chucrute com salsicha que eu provei era realmente gostoso. Na dança não acertei muito até porque não sou pé-de-valsa. Mas, de qualquer forma, meu eterno Vielen Dank.

Pelo que sei, os colonos alemães vieram para ocupar as vastas terras sulinas e desenvolver a agricultura. Primeiramente foram para o vale do rio dos Sinos. Plantavam de tudo um pouco: milho, mandioca, batata e feijão. Em 1851 foram trazidas de Cuba, para a região do vale do Taquari, as primeiras sementes de fumo. Daí em diante foram favas contadas.

Os teuto-rio-grandenses hoje estão espalhados por várias cidades. Eles são imprescindíveis para o desenvolvimento não só econômico e social, mas também cultural do nosso Estado. Dei muitos abraços e apertos de mão em Taquara, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz, Igrejinha, Lajeado, Montenegro, Portão, Bom Princípio, Ivoti, Estância Velha, Panambi, Teutônia, Dois Irmãos, Nova Petrópolis, Estrela e tantas outras.

> Uma característica dessas cidades é a arquitetura tradicional com suas igrejas, clubes sociais, casas e chalés típicos. Outra que me chamou a atenção é o cultivo de flores. O gosto pela jardinagem é uma herança que acompanha os alemães desde o início da imigração. Em Teutônia pude me embebedar com jardins floridos de rosas, margaridas, tulipas e orquídeas.
>
> Até arrisquei uns poucos versos:
>
> *Vi cores que brotavam do chão*
> *Vi flores como estrelas do céu*
> *Vi mãos sujas de barro*
> *Limpas pelo trabalho*
> *Vi um brilho de luz em cada pétala*
> *Em cada olhar vi esperança.*

Quando conversamos com um teuto-rio-grandense sentimos o carinho que ele tem pelo Rio Grande do Sul. O amor que carrega, com certeza, vem lá dos primeiros imigrantes que aqui chegaram por volta de 1824.

Meu sincero obrigado aos descendentes de alemães por sua hospitalidade, sua força de trabalho e seu jeito simples de ser, que faz com que a gente se sinta em casa. As belas cores que vemos estampadas quando passamos por suas comunidades certamente brotam do coração e nos cumprimentam com um caloroso "sejam bem-vindos".

JUDEUS

O BAIRRO BOM FIM em Porto Alegre ainda mantém uma mística que a gente só compreende quando caminha pelas suas ruas e praças. Creio que é um símbolo da imigração judaica no Estado.

Os primeiros imigrantes começaram a se instalar na Avenida Oswaldo Aranha (até 1930 era chamada de Avenida Bom Fim) no final da década de 1920. Havia poucas residências e pequenas lojas. Com o tempo o pequeno comércio foi acompanhando o crescimento da cidade.

Uma das coisas que eles mais valorizam é a educação dos filhos. Isso é admirável. Aliás, a primeira integração entre a comunidade judaica e os brasileiros foi através da educação. Os imigrantes fundaram uma escola cujo ensino era realizado na língua portuguesa e acolhia também os brasileiros.

> A comunidade judaica está completamente integrada à sociedade gaúcha. E uma coisa que também é admirável é que não perderam a identidade. Suas tradições são cultuadas com fortes vínculos de religião, música, dança e culinária. Possuem um forte espírito de solidariedade.

Atualmente mais de 90% deles vivem na capital gaúcha. Na sua grande maioria são empresários e profissionais liberais. Existem comunidades organizadas no interior, principalmente nas cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Erechim e Pelotas.

Quando lancei o *Rufar dos Tambores* na feira do livro da cidade de Esteio, em maio de 2007, fui surpreendido com a presença do escritor Moacir Scliar, que também estava autografando. Eu, diante de um dos ícones da literatura nacional, que tem seus livros traduzidos para diversas línguas.

Como sabemos, ele é filho de imigrantes judeus. Acredito que esse convívio com a cultura judaica foi fundamental para que ele parisse os mais belos livros deste País. Seus textos são marcados por um forte caráter social. Tenho preferência pelo *Exército de um Homem Só*, onde ele conta a história de um judeu que deseja fundar uma nova sociedade.

Moacir Scliar descreve assim a sua descendência judaica: "Sofri com aqueles que foram perseguidos, morri com aqueles que foram exterminados, mas orgulho-me daqueles que deram sua contribuição à humanidade nas artes, nas ciências, na literatura, na política. Não acredito que alguém possa ser indiferente a seu judaísmo, nem mesmo num país como o Brasil, em que identidades freqüentemente se desfazem naquilo que é chamado de geléia geral. A marca judaica pode tornar-se tênue, mas não se desfaz."

Foi na Feira do Livro de Esteio que conheci o escritor Moacir Scliar.
Fiquei emocionado com sua presença.

Negros

"Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as enfim
Me encontrei."

Oliveira Silveira

DE UMA FORMA OU DE OUTRA, os negros sempre estiveram ligados à formação do Estado do Rio Grande do Sul. Primeiro foram raptados da mãe África para demarcar as fronteiras através de incursões militares juntamente com os primeiros povoadores. Depois a força da mão-de-obra foi utilizada amplamente nas charqueadas, principalmente na região de Pelotas. Não faltaram guerras e revoluções onde tiveram atuação destacada como na Farroupilha e na Guerra do Paraguai, nos batalhões de voluntários da pátria. Mesmo assim, foram mantidos na condição de escravos.

A abolição de 1888 não trouxe a tão esperada dignidade. Pelo contrário. A marginalização foi um caminho "natural" para

os libertos. Era impossível a ascensão social. Não havia acesso à terra, à educação, à saúde, e principalmente ao trabalho. Nada muito diferente dos dias de hoje. Mesmo que parte da historiografia não reconheça ou não queira reconhecer, sempre será importante lembrarmos os fatos acontecidos por aqui.

> Aos poucos, eles foram resistindo e procurando espaço na sociedade. Hoje, passados quase 120 da abolição, todos nós temos orgulho de um João Cândido, de um Tesourinha, de um Carlos Santos, de um Alceu Collares, de um Lupicínio Rodrigues, de uma Deise Nunes, de um Giba Giba, de uma Lourdes Rodrigues, de um Roxo, de um Ronaldinho, de uma Olívia Maria Bica Pereira, de um Pernambuco, de uma Daiane dos Santos, de um doutor Veridiano Farias e de tantos outros vitoriosos que vêm resistindo ao longo dos anos.

Creio também que há outros símbolos dessa resistência como o Quilombo Silva e a Sociedade Floresta Aurora. Os moradores do Quilombo Silva em Porto Alegre servem de exemplo e estímulo para todos nós. São cidadãos reconhecidos pela Fundação Palmares e pelo Incra como verdadeiros proprietários da terra onde moram, pois lá se encontram a quase cem anos. Após sofrerem humilhações com várias tentativas de despejo ensejadas em uma ação de reintegração de posse, eles foram vitoriosos.

Já a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora foi criada em 31 de dezembro de 1872, em Porto Alegre. Essa sociedade foi o primeiro clube fundado por negros no País. Entre os seus fundadores estavam operários, funcionários públicos, jornaleiros e motoristas.

No início, a sociedade era apenas beneficente e prestava assistência a famílias negras. Com o passar dos anos, o aumento do número de associados possibilitou o crescimento do clube e, conseqüentemente, a diversificação de suas atividades.

bailes, atos públicos, protestos e homenagens passaram então a fazer parte do calendário da entidade.

Por lá passaram diversas personalidades como João Cândido e Agostinho dos Santos. E foi lá também que uma nova página da História do Brasil foi construída: a Carta de Porto Alegre. Este documento teve como principal resolução a instituição do 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, em Dia Nacional da Consciência Negra.

Participei (2006) da Marcha Zumbi + 10. Uma das reivindicações do Movimento Negro é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria.

Árabes-Palestinos

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL abriga a maior colônia de imigrantes árabes-palestinos no Brasil. Eles estão espalhados por várias cidades como Sapucaia do Sul, Canoas, Chuí, Uruguaiana, Itaqui, Quaraí, Barra do Quaraí, Pelotas, Rio Grande, Livramento, Santa Maria, São Borja, Rosário do Sul, entre outras.

Admiro muito sua religiosidade e senti a força da sua cultura quando tive a oportunidade de visitar uma mesquita. Também me chama atenção por serem extremamente trabalhadores. Correm atrás da máquina como popularmente falamos. Quem de nós nunca entrou numa lojinha do Mohamed, Abdul, Khalil ou Mustafat? E é com gana que eles vão ajudando, no dia-a-dia, a tocar as economias dos municípios gaúchos.

Porém, eles não são mais uma comunidade de atuação exclusiva no setor do pequeno comércio. Hoje temos vários árabes-palestinos profissionais liberais, professores, políticos e funcionários públicos.

Uma característica que me impressiona é a capacidade que eles possuem de manter vivos os laços culturais com a terra dos seus antepassados. Basta reparar no idioma que fazem questão

de exercitar no cotidiano. Aliás, o idioma para os patrícios é a grande base desse fortalecimento. Muitos pais mandam os filhos para estudar e conhecer os parentes no exterior.

Você sabe o que acontece a 520 quilômetros de Porto Alegre, na fronteira com o Uruguai, na cidade do Chuí? Alguns comerciantes se reúnem para assistir juntos ao noticiário de um canal de televisão de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. E isso é fantástico pois prova que é possível essa convivência com a vida brasileira.

A professora Denise Jardim, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), acompanhou durante um ano os patrícios do Chuí para estudar como os seus filhos da primeira e segunda geração, recriam seus laços culturais com a origem árabe. Um dos resultados da pesquisa é o grande empenho que eles possuem de se conhecerem uns aos outros e seus familiares. Ou seja, manter enraizada as suas relações.

O Estado do Rio Grande do Sul possui três grupos Folclóricos Palestinos: Sociedade Árabe Palestina da Grande Porto Alegre (feminino), Grupo Folclórico de Uruguaiana (masculino) e Grupo Folclórico de Santa Maria (misto).

> Essas sociedades ajudam a promover encontros, almoços, discussões e exposições dos patrícios. Segundo Fátima Ahmad Ali "a nossa cultura é dividida através de exposições, nos saraus, nas mostras de filmes. Os nossos grupos folclóricos são compostos por filhos de palestinos e brasileiros, que procuram levar consigo a alegria característica do povo palestino".

Quando comemorei o meu 57º aniversário na Churrascaria Casa do Gaúcho, no Parque de Exposição Assis Brasil, em Esteio, fui surpreendido com a presença do grupo folclórico da Sociedade da Grande Porto Alegre que fez uma magnífica apresentação de várias danças, entre elas a dabka. O momento foi muito bonito pois pude perceber o orgulho daquelas moças por suas origens.

Belas moças do Grupo Folclórico da Sociedade da Grande Porto Alegre abrilhantaram a minha festa de aniversário (2007). O show foi inesquecível.

Portugueses e Espanhóis

Inegáveis foram as contribuições dos portugueses e espanhóis que aqui chegaram há mais de 250 anos. Primeiro, ao disputar esta região a ferro e fogo. Depois com as fronteiras definidas com a Argentina e Uruguai eles ajudam a impulsionar o território. Suas contribuições podem ser vistas a olhos claros por toda parte no nosso estado.

Quem visita uma cidade interiorana como Rio Pardo, Piratini, Viamão, Bagé, entre outras tantas, logo percebe marcas lusas no seu traçado como o formato em xadrez e as ruas bem definidas. Ao redor da praça principal localizam-se a igreja matriz, clubes sociais e grandes casas antigas revestidas de azulejos, com sacadas e degraus em mármore. E lá no fundão sempre há um "quartel velho", como na cidade de São Gabriel.

Por influência portuguesa mantemos até hoje a tradição de festas em comemoração aos dias de São João e São Pedro, da festa do divino, das procissões, das festas e culto a Nossa Senhora dos Navegantes, das rezas, benzeduras, crendices, usos e costumes. E o que dizer da música, dos versos, dos cantos e do artesanato. Mas o legado mais importante com certeza está expresso na língua portuguesa.

Conforme as enciclopédias sobre História do Rio Grande do Sul, no século XVII, todo o atual Estado estava em mãos espanholas. No século seguinte os portugueses conquistam algumas áreas. E no século XIX foi a vez do Brasil invadir o Uruguai.

Fala-se que a maior contribuição espanhola foi a introdução de gado bovino no Rio Grande do Sul através das reduções jesuíticas na atual região das Missões (Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga….). Quando os jesuítas foram expulsos, logo após a morte de Sepé Tiarajú, o gado se proliferou.

Na região da Campanha a influência é muito visível. Seja nas vestimentas e até mesmo na alimentação, farta no uso da carne. As influências lingüísticas, com termos acastelhanados são facilmente percebidos. Quem de nós um dia não deu um "ala pucha" ou escutou nas madrugadas uma rádio de Buenos Aires ou Montevidéu.

Aos descendentes de portugueses e espanhóis meu eterno carinho e gratidão.

INDÍGENAS

NOS DIAS QUE ANTECEDEM o 21 de abril (Dia do Índio), os povos indígenas acampam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para reivindicarem seus direitos como acesso à terra, à saúde e à educação. O evento é chamado de Terra Livre e reúne mais de 500 lideranças de todo o país representando mais de 90 etnias.

Sou testemunha de que não é nada fácil para esses primeiros brasileiros terem o reconhecimento da sociedade e principalmente dos governos. Muitos foram assassinados por lutarem por seus direitos como Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Tupã-i, Xicão Xucuru, Galdino Pataxó, e o inesquecível Sepé Tiarajú que depois de mais de 250 anos de sua morte continua a iluminar com seu lunar os caminhos para que alcancemos uma terra sem males.

Na véspera de 21 de abril de 2007 estava me dirigindo para o acampamento onde falaria sobre como o Senado Federal poderia ajudá-los e também acertaria a participação deles na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos no dia seguinte.

> Lá estavam os guaranis e os kaingangs do Rio Grande do Sul que são reconhecidos pelo Estado brasileiro como povo indígena. Mas a minha surpresa foi quando me foi colocado na cabeça um cocar de penas e nas costas uma espécie de capa feita de pele de jaguatirica chamada de kipaji.

A responsável foi a cacique Charrua Mary Aquabê, uma guerreira de um metro e meio de altura, mas com um enorme coração e uma alma das mais puras. A sua determinação me contagiou e fez crescer dentro de mim a vontade de lutar pelo reconhecimento de seu povo.

Ela me disse que existem cerca de seis mil charruas nos países que compõem o Mercosul. No Rio Grande do Sul são mais de 400 charruas. "Queremos conquistar os mesmos direitos dos mbiá-guarani e dos kaingangs e garantir a nossa inclusão em políticas públicas".

Muitos pesquisadores consideram os Charruas extintos. A Funai insiste em não reconhecê-los como etnia. Mas o certo é que eles estão espalhados pelo Morro da Cruz na capital gaúcha, em Santo Ângelo e em São Miguel das Missões e tem direito aos benefícios da cidadania. Perdoem-me aqueles do contra, mas, quem olha e conversa com a Mary Aquabê logo conhece as suas origens.

No início da primavera de 2007, eu recebi uma carinhosa carta da cacique Aquabê onde ela encerra com os seguintes dizeres na língua charrua:

> "Paim na micha sire naculi ta e ure t a sire. Paim turi a ne cate che bilu gue INDIA. Nae micha bilue ae gue RS te ara te o mato Paim"
>
> Ou
>
> "Paim amigo e protetor dos povos indígenas. Paim claro como água, duro como rocha. Defendendo o povo indíge-

> na e o INDIA (Integrador Nacional dos Descendentes Indígenas Americanos) do Rio Grande do Sul. Amigo Paim".

Com suas danças, seus cantos, suas espiritualidades, seus artesanatos, seus sotaques e seus linguajares os charruas vão peleando para conquistar seus espaços numa sociedade que os discrimina. Eles são, juntamente com outros povos como os guaranis e os kaingangs, pequenas estrelas que buscam uma grande constelação para poderem brilhar.

No dia 1º de outubro de 2007 recebi um ofício da Funai: (...) Neste sentido, tendo em vista que o povo charrua se autoreconhece e é reconhecido como indígena, portador de identidade étnica diferenciada, informamos que esta Fundação irá reintegrar o povo charrua aos procedimentos voltados a proteção e promoção dos povos indígenas, devendo ser desconsiderado, e nulo de pleno direito, qualquer parecer que venha descaracterizar a identidade étnica do povo charrua.

A Nação Charrua quer respeito, dignidade e cidadania.

JAPONESES

OS PRIMEIROS IMIGRANTES japoneses começaram a chegar no Rio Grande do Sul por volta de 1956. No dia 20 de agosto desse ano desembarcam no porto de Rio Grande vinte e três jovens cheios de sonhos e sedentos de alcançar uma nova vida em outras terras sem deixar para trás suas origens.

Mais de cinqüenta anos se passaram e eles estão totalmente integrados à sociedade gaúcha. Moram hoje no estado cerca de mil e quinhentos japoneses e três mil descendentes espalhados por vários municípios como Ivoti, São Leopoldo, Gravataí, Itapoã, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Itati, Ijuí, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho, Lami e Passo Fundo.

Têm na agricultura o meio de sobrevivência, mas também contribuem no desenvolvimento do estado atuando em outros setores da economia como profissionais liberais, empresários e funcionários públicos, municipais, estaduais e federais.

Em 2006 ocorreram várias atividades para marcar o cinqüentenário da chegada dos japoneses no pampa gaúcho. Uma delas foi a feira do livro de Porto Alegre que aproximou

os leitores brasileiros da literatura nipônica. Os visitantes da feira puderam conhecer mais sobre o Japão por meio de uma mostra de livros e de informações sobre cursos e intercâmbios.

> Durante a feira ganhei de presente um livro de haikai *(Pequenas poesias)*. Essa forma poética surgiu no Japão durante o período medieval. São introspectivas. Um exemplo que posso citar é um haikai do Matsuó Bashô
>
> *"Primavera não nos deixe*
> *pássaros choram*
> *lágrimas no olho do peixe" ou um do Paulo*
> *Leminski "A noite – enorme*
> *tudo dorme*
> *menos teu nome".*

Aos poucos os japoneses foram introduzindo no Rio Grande do Sul outras formas de cultura popular como o folclore das flores e dos frutos. E ainda temos os pratos da culinária como o suchi e o sachimi.

Recentemente, recebi a visita, em meu gabinete, do embaixador do Japão, Takahiko Horimura. Falamos longamente sobre as perspectivas de seu país investir no Rio Grande do Sul em razão de o Estado ter um dos maiores PIB do País. Fui convidado para ser um dos coordenadores da Frente Parlamentar Brasil-Japão, que ajudará na organização das atividades em comemoração ao centenário da imigração japonesa, em 2008. A minha resposta foi sim.

Tive uma longa conversa com o embaixador Japonês Takahiko Horimura.

POLONESES

EM OUTRAS ANDANÇAS que fiz pelos quatro costados do meu querido Rio Grande do Sul pude conhecer mais de perto outros descendentes de imigrantes que foram e estão sendo fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e econômico do nosso estado. Falo dos poloneses.

Os primeiros imigrantes que chegaram por aqui fincaram raízes em vários municípios como Guarani das Missões, Carlos Barbosa, Ijuí, São Marcos, Erechim e Porto Alegre. Seus quase 300 mil descendentes estão totalmente integrados à sociedade gaúcha.

> Uma das coisas que mais me chama atenção é o comportamento alegre e extrovertido dessa gente. Nos dias de festas colocam roupas coloridas características do seu folclore. Aliás, essas comunidades mantêm diversos grupos de tradição. Em Porto Alegre temos o da Sociedade Polônia.

Nas comemorações dos 130 anos da imigração polonesa, em 2005, aconteceram várias atividades no estado. A Assembléia Legislativa realizou sessão especial; em Erechim, ocorreu um encontro cultural; e em Carlos Barbosa foi construído um pórtico em homenagem ao povo polonês.

A bela cidade de Guarani das Missões é considerada a Capital Polonesa dos Gaúchos pois lá está concentrado o maior centro de colonização polonesa do país. Este município realiza a Polfest, uma festa típica onde podemos nos deliciar com sua gastronomia típica, danças, artesanatos... E para brindar eu aconselho a provar um licor de menta que eles chamam de *mietówka*.

Recentemente tive acesso a um artigo assinado por Estácio Nievinski sobre os poloneses em Porto Alegre:

(...) O contingente de poloneses e descendentes em todos os bairros de Porto Alegre compõe hoje um dos mais expressivos, juntamente com os alemães, italianos, espanhóis e portugueses. Basta apenas passar os olhos numa lista telefônica e confirmar a quantidade de sobrenomes poloneses que ela contêm.

As características da mão-de-obra, a conduta moral e a fé como suporte para as adversidades, deram aos poloneses condições de atravessar o século com um balanço positivo de desenvolvimento e progresso.

Os descendentes de poloneses, trabalhando nas mais diversas atividades, desde professores universitários, grandes comerciantes, industriais, trazem em si lições e exemplos que somam conquistas e dissabores (...)

(...) A fé em Deus, como sustentáculo, serviu de apoio para muitas gerações nos momentos difíceis. O trabalho, a luta cotidiana pelo pão, somados aos de tantas outras etnias, alicerçou o progresso do 4º Distrito, – considerado pelos seus índices de desenvolvimento como Bairro Cidade, alavancando a economia da cidade, e, num plano mais amplo, o estado e o País.

Os espelhos

HOMENAGEM *POST MORTEM* A GRANDES LÍDERES GAÚCHOS

VÁRIOS PERSONAGENS da história gaúcha foram fundamentais na minha formação pessoal e política. Eu os chamo de meus espelhos. E são muitos. Mas, o primeiro me foi apresentado pelo seu Ignácio e pela dona Itália.

Quando eu era criança, eles me falavam que o documento mais importante dentro de uma casa de trabalhadores devia ser a Carteira de Trabalho criada por Getúlio Vargas. E foi com essas conversas que eu fui me preparando para um dia tê-la em minhas mãos. Com esse sentimento que meus pais me passaram, eu fui descobrindo aos poucos como se fosse um acolhedor de sonhos por entre as ruas e as praças em que eu brincava com liberdade, acompanhado dos cantos dos pássaros que voavam entre as árvores e as flores.

Certo dia, na busca de uma nova brincadeira, fui parar na frente de um enorme monumento no qual estava escrito, em uma placa de bronze, um grande texto. Depois fiquei sabendo que era a Carta-Testamento de Vargas. Foi através dessa carta, que hoje está exposta nas praças de muitas cidades, que eu comecei a compreender o sentido e o significado do sentimento de pátria, nação, país.

A carta continua atual e nos provoca reflexões e inquietações sobre a luta histórica dos trabalhadores e sobre o desejo de ver um país justo baseado na solidariedade libertadora.

Vargas escreveu: "Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social"

Há muito tempo eu venho caminhando pelo meu estado e colhendo as ansiedades da nossa gente. E é por entre as ruas e as praças das nossas cidades... Nesse ir e vir... Nos abraços, nos apertos de mão... que eu levo o compromisso deste espelho... Desses espelhos.

Almirante Negro

JOÃO CÂNDIDO nasceu em 1890, em Encruzilhada do Sul (RS), então distrito de Rio Pardo. Ficou conhecido como o Almirante Negro ao liderar, no Rio de Janeiro, a Revolta da Chibata, em 1910.

A Revolta da Chibata ou Revolta dos Marinheiros permanece marginal em nossa historiografia oficial, conta-se nos dedos da mão os autores que se dedicaram ao tema.

O Brasil do início do século XX havia modernizado sua frota naval com os mais avançados couraçados e cruzadores. Mas o tratamento que a Marinha dispensava aos seus marinheiros não diferia daquele dispensado aos escravos nos engenhos e nas lavouras de café.

A chibata era o instrumento com que se castigava os marinheiros, em sua maioria negros. Era comum a pena de 250 chibatadas para punir infrações disciplinares. Contra esse tratamento desumano, insurgiu-se João Cândido.

João Cândido e seus companheiros, que acreditaram numa anistia votada inclusive no Congresso Nacional, foram duramente castigados, muitos deles brutalmente assassinados.

Lutaram pela dignidade de suas vidas e foram vítimas de uma feroz perseguição. Nossa história ainda não lhes fez justiça porque ainda não conseguimos pensar a história sem nos submetermos às representações distorcidas de nossas elites.

O Senado Federal aprovou, em 2002, um projeto da então Senadora Marina da Silva concedendo anistia *post mortem* a João Cândido e aos demais participantes do movimento. O projeto está parado na Câmara dos Deputados.

Fui procurado por moradores de Encruzilhada do Sul, onde há um expressivo movimento em favor de sua anistia, para que me empenhasse pelo resgate da memória daqueles que lutaram por um Brasil mais digno.

Creio que está na hora de os legisladores recuperarem a anistia que foi votada no Congresso Nacional e posteriormente desrespeitada pelas forças da repressão mais brutal. Precisamos pôr um fim a essa perseguição, anistiando, depois da morte, esse grande herói brasileiro.

"Depois que saí da cadeia ainda tentei trabalhar no mar, mas fui sempre muito perseguido, até na Marinha Mercante". Estas foram as palavras de João Cândido, o Almirante Negro, em 1968, em depoimento que prestou ao Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro.

Apresentei o Projeto nº 241/07 para que João Cândido seja incluído entre os Heróis da Pátria, ao lado de Tiradentes, Dom Pedro I, Zumbi dos Palmares, Almirante Barroso, Plácido de Castro, Duque de Caxias, Marechal Deodoro, Almirante Tamandaré e Santos Dumont.

Leonel Brizola

PELAS MÃOS de sinhá Aninha parteira nasceu Itagiba, nos idos de 1922, em plena solidão do pampa gaúcho entre a prosa de Alcides Maia e os tilintares das adagas dos maragatos e dos chimangos.

Seu pai, de nome José, era federalista dos quatro costados. Lutou, em 1893, na revolução da degola ao lado do Conselheiro Gaspar Silveira Martins. Por destino, o velho maragato tombou em 1923 quando peleava nas tropas do comandante do norte, Leonel Rocha, nome este que inspirou Itagiba a usar o codinome político Leonel Brizola. Sua mãe, dona Onívia, ensinou-lhe as primeiras letras e com elas a força da cultura gaúcha.

A Revolução de 30 já era vista no horizonte. E o menino, cada vez mais homem de calças curtas e pés descalços, empunhava uma espada de pau e montado em seu cavalinho de taquara não se cansava de gritar ao vento minuano: "eu sou o capitão Leonel".

E assim cresceu o piá comandante de si mesmo e das tropas de osso que outrora era a diversão da gurizada.

> A infância de quem perde o pai muito cedo por muitas vezes é triste. Mas, a infância de quem um dia entrará para a história e fará com que homens e mulheres chorem e tenham orgulho da Pátria, da Pacha Mama, é a coisa mais linda que Deus poderia traçar.

Por certo, poucos foram os escolhidos por Pablo Neruda. Para mim, ele ainda é um dos maiores poetas que a América Latina pariu, e sem dúvida um dos maiores do mundo. Neruda também foi Ministro de Salvador Allende, no Chile. Em homenagem a Leonel de Moura Brizola ele escreveu:

> "Novas ilhas, Novos rios, Novos vulcões fazem do nosso continente, Uma nova geografia.
> Queremos nova agricultura, Outras forças juvenis, Uma sociedade mais pura. Novos protagonistas da história, Que está nascendo, E que temos o dever de construir.
> Quem pode estar contra a vida?, Celebremos a chegada de Leonel Brizola, No Cenário da América, Como uma deslumbrante encarnação, De nossas esperanças.
> Estamos cansados da rotina da miséria, De ignorância, de injustiça econômica, Abramos o caminho àquele que encarna hoje, A possível construção do futuro."

Considero Leonel de Moura Brizola o maior político da minha geração. Não é exagero dizer que foi o mais importante e determinado homem público da República, desde Getúlio Vargas.

As vezes recordo Santo Agostinho: "Na eternidade nada passa, tudo é presente, o passado vem empurrado por um futuro, e o futuro vem atrás de um passado. Quem prenderá o coração do homem para que pare e veja como, estando imóvel, a eternidade governa os tempos futuros e passados, sem ser nem futuro nem passado"

Quando eu olho para a história da humanidade, lembro de homens que marcaram a minha geração: Gandhi, Che Guevara, Mandela, Luther King. E quando esse filme, em vários

momentos do dia-a-dia no Senado, vem ao meu pensamento, a figura de Leonel Brizola também está presente.

Para se ter idéia do que representava Leonel Brizola, basta darmos uma recorrida nos principais jornais do mundo quando de sua morte:

O espanhol *El País* disse que "o velho leão da esquerda radical brasileira" morreu na segunda-feira no Rio.

Na Grã-Bretanha, o *Independent* disse que Brizola foi "o defensor dos mais pobres entre os pobres" do Brasil.

Nos Estados Unidos, o *New York Times* afirmou que o papel de Brizola na tentativa de "evitar um golpe militar no início dos anos 1960 fez ele se sobressair na política brasileira".

Na França, o jornal *Le Monde* disse que Brizola era "o herdeiro de Getúlio Vargas".

Vida Longa aos ideais de Leonel de Moura Brizola!

Em 2003, durante as discussões da Previdência Social, recebi a visita de Leonel Brizola, Antonio Carlos Magalhães, Alceu Collares e Pompeu de Matos.

Sepé Tiarajú

No ano de 1750, Portugal e Espanha assinaram um importante tratado que redefiniu as fronteiras de seus domínios coloniais na América.

O Tratado de Madri, como foi chamado, determinou que Portugal cederia a Colônia de Sacramento, atual Uruguai, e em troca ficaria com os Sete Povos das Missões Jesuíticas, no atual Estado do Rio Grande do Sul.

Ficou estabelecido que os habitantes dos Sete Povos, os índios guaranis, seriam levados para o lado espanhol, ou seja, para Argentina e Paraguai, deixando para os portugueses tudo o que tinham construído: estâncias, ranchos, plantações, esculturas, pinturas, artesanato.

A reação indígena foi organizada e consciente. O grande herói desta guerra foi o índio guarani Sepé Tiarajú.

No dia 7 de fevereiro de 1754, Sepé Tiarajú é morto. No dia 10 de fevereiro, cerca de 1.500 indígenas tombam frente ao exército português e espanhol no que ficou conhecido como a Batalha de Caiboaté. Esse genocídio foi decisivo. Os sete Povos das Missões são destruídos. Suas

igrejas incendiadas. Seu povo exterminado. Sua cultura apagada.

O historiador Clóvis Lugom, na obra "A República Comunista Cristã dos Guaranis", relata um traço marcante daquela comunidade.

Sem nunca terem ouvido falar sobre o parlamento, sistema baseado na conciliação e na vitória do bom senso sobre as desavenças, como pregava Platão em "Nas Leis", os índios guaranis, naquela época, já possuíam um sistema político baseado em tal ideologia.

O cabildo era composto por alcaides e fiscais. Uma espécie de Senado Federal, Câmara dos Deputados, embora o cabildo abrangesse também as tarefas do Executivo e do Judiciário.

A principal característica do cabildo era a de que os acordos estabelecidos eram feitos para serem cumpridos. As ordenações régias eram inteiramente respeitadas.

> Há mais de dois séculos o som dos sinos das igrejas dos sete Povos das Missões Jesuíticas embalava as sessões dos cabildos. Hoje os sinos já não badalam. No seu lugar está a voz do povo que ecoa na consciência de cada homem público deste País.

Sepé Tiarajú morreu defendendo suas idéias e solo pátrio. Ele continua mais vivo e representativo do que nunca.

Por minha iniciativa, a Editora do Senado Federal reeditou Batalha de Caiboaté. *O livro conta como foi a morte do índio Sepé Tiarajú e de 1.300 guaranis.*

João Goulart

UMA VEZ EU OUVI o César Passarinho cantar que o exílio é como a agonia dos pássaros cativos: "De que adianta um par de asas se lhes falta o céu para voar". João Belchior Marques Goulart foi um desses que como poucos soube com o sacrifício da própria vida enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário.

Jango foi o único ex-Presidente a morrer no exílio. Ele nos deixou no dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina. Porém, o seu legado continua vivo e enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros que acreditam que a justiça social é um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em João Goulart, penso em democracia social e racial; quando penso em João Goulart, penso em liberdade de expressão; quando penso em João Goulart, penso em debate político; quando penso em João Goulart, penso nos interesses nacionais; quando penso em João Goulart, penso exaustivamente em Pátria.

Um dos seus primeiros atos na presidência da República foi o de deixar bem clara a sua disposição em defender sem vacilações os interesses do Brasil: cancelou conces-

sões irregulares feitas à empresas estrangeiras da área mineradora.

Jango estabeleceu leis que disciplinaram os investimentos estrangeiros no País, leis para controlar a limitação das remessas de lucros para o exterior, hoje, lançadas ao lixo, por força da submissão às regras da economia globalizada.

O Governo Jango incentivou a sindicalização rural. Reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores por considerá-lo legítimo poder de pressão social. Nos primeiros dias do regime militar a CGT foi dissolvida e seus dirigentes presos.

> No clima de atendimento das justas reivindicações dos assalariados, foram atendidas velhas aspirações da classe trabalhadora, dentre as quais o 13º Salário, cuja lei, de autoria do Deputado Floriceno Paixão foi aprovada pelo Congresso Nacional com o incentivo e apoio do Governo Federal.

A aprovação da lei de telecomunicações exigiu um combate sem tréguas por parte do Governo Jango, a fim de vencer as resistências do poder econômico representado pelas multinacionais e seus agentes no País.

A política externa do Governo Jango tinha em conta principalmente as realidades vizinhas e distantes, atraindo para o Brasil novos horizontes com os demais povos.

Após o parlamentarismo e a devolução dos poderes presidencialistas, o Governo João Goulart partiu para as reformas estruturais das bases econômicas por meio do Programa das Reformas de Base.

Há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano, Marco Túlio Cícero já se perguntava: "Qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos do passado que a História guardou para nós?"

Por duas vezes tive a oportunidade de receber a visita de Dona Maria Tereza (viúva do ex-Presidente João Goulat) e João Vicente (filho).

Lanceiros Negros

OS LANCEIROS NEGROS tiveram atuação destacada em alguns dos principais triunfos da Revolução Farroupilha (1835–1845). Em sua maioria, eram escravos, campeiros e domadores da região sul do Rio Grande e tropeiros das charqueadas.

Manejavam com grande habilidade a lança. Por isso mesmo foram convocados pelas Forças Farroupilhas para enfrentar o Exército Imperial, com a promessa de alforria diante da vitória final.

Mas encerrado o conflito, as Forças Imperiais, os mandarins do Palácio, impuseram aos rebeldes a não libertação dos soldados negros para que recebessem anistia e como condição para que a paz fosse firmada.

Foi a liberdade que lá em 1844 acendeu uma lamparina que poderia, que tal qual um rastilho de pólvora iria luminar a consciência de todos os negros, que passariam a exigir também a liberdade. A ordem foi desarmar os negros, e os matar.

O embate mais polêmico aconteceu na noite de 14 de novembro de 1844, na região do Cerro de Porongos, localizado na região do atual Município de Pinheiro Machado, e ficou conhecido como a Traição de Porongos.

> Os Lanceiros Negros foram desarmados na noite anterior, mas ainda combateram com bravura, o que não impediu o seu massacre. Foram usados por toda a década que durou a revolução e ao final do conflito receberam como prêmio a traição e a sua própria morte.

A História não se repete, mas tentam reescrevê-la nas entrelinhas. Por vias transversas, procura-se nos dias de hoje reeditar a saga dos Lanceiros Negros.

Primeiro eles são usados. Depois tentam calar os seus gritos de liberdade. Manipular a sua consciência, negar a sua raça, as suas origens.

Não conseguirão. Ninguém vai nos tirar o direito sagrado da palavra e do voto. Essas são as armas da democracia, que o povo nos deu para defendê-lo hoje e sempre.

Ninguém conseguirá calar a voz daqueles que defendem os negros, os brancos, as pessoas com deficiência, os idosos, os desempregados, os sem teto e os sem terra, as crianças, os trabalhadores da área pública e da área privada, os índios e aqueles que dependem do salário mínimo.

A exemplo do assassinato de Zumbi dos Palmares, que teve seu corpo esquartejado e exposto pelas ruas de Olinda, em 20 de novembro de 1695, o sacrifício de centenas de guerreiros deve ser retirado do silêncio da historiografia oficial, como fato relevante para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para que fatos como esses não se repitam. Para que a História do Brasil continue a se escrever sob o signo da liberdade. Sem renegar, mas também sem repetir os erros do passado.

Lançamento do Carimbo dos Correios em homenagem aos Lanceiros Negros. O ator Simar Antunes estava caracterizado.

Getúlio Vargas

AS PALAVRAS SÃO INESQUECÍVEIS: Trabalhadores do Brasil.

Duas vezes deputado estadual, deputado federal, ministro da Fazenda, governador do Rio Grande do Sul, chefe vitorioso da Revolução de 1930, deputado federal por sete estados, senador da República por outros dois, Getúlio Dornelles Vargas foi o principal Presidente de toda a história do Brasil.

Isso explica porque o tiro que desfechou contra o próprio peito, no início da manhã de 24 de agosto de 1954, atingiu também toda a Nação brasileira.

Seu estampido ecoou em todos os lares da pátria. Eu mesmo o ouvi em minha casa, menino ainda, sem entender o que se passava, a enxugar o rosto do meu pai que chorava a perda do grande líder dos trabalhadores.

> Quando Vargas assumiu a chefia da Nação pela primeira vez, em novembro de 1930, o Brasil era um País agrícola. Em 1954, ao deixar a vida para entrar na História, nos legou um País moderno.

A República Velha contra a qual Vargas se insurgiu e derrubou era a república do atraso. Onde fazendeiros mineiros e paulistas se revezavam no poder e controlavam a cena política nacional. E onde as questões sociais eram tratadas como caso de polícia.

Podemos dizer aos trabalhadores do Brasil que a República fundada por Vargas logo traçou novos horizontes. A economia saiu do campo para se industrializar, movida por braços de trabalhadores que pela primeira vez na história ganharam a proteção do Estado.

Até 1930, o poder do Presidente da República era limitado pelos governadores dos estados, que desafiavam impunemente o chefe da Nação ao sabor dos seus interesses.

Vargas entendeu que para fazer as mudanças que o país reclamava era preciso inverter essa equação. Por meio de um movimento de centralização transferiu o poder dos estados para o Governo Central, o qual passou a assumir papel crescente na sociedade e na economia.

Com o Executivo forte, a intervenção do Estado voltou-se então para promover o desenvolvimento tecnológico e industrial e a organização dos trabalhadores.

As oligarquias rurais começaram a ceder espaço no cenário político. Em seu lugar entraram os trabalhadores organizados em sindicatos, uma crescente classe média, os empresários da indústria e os servidores públicos avançaram com a nova organização do Estado.

Além de moderno, era um Estado austero. Nunca precisou de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não havia irresponsabilidade nos gastos públicos. Getúlio controlava até as despesas da cozinha do Palácio do Catete.

O Brasil industrializado de hoje só existe graças ao gênio político de Vargas. Ele tanto soube jogar com os interesses de grupos políticos internos, quanto manter uma política externa pendular.

As realizações no campo econômico já seriam mais do que suficientes para fazer de Getúlio Vargas o mais importante Presidente do Brasil.

Mas para Vargas, de nada adiantava o Brasil crescer sem distribuir entre os trabalhadores os frutos desse crescimento. Teoria que defendo até hoje.

Com Getúlio o Brasil conheceu a Justiça do Trabalho e a Previdência Social; os sindicatos de patrões e empregados; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); o salário mínimo, as férias anuais, o descanso semanal remunerado e a carteira de trabalho.

O povo viu no seu sacrifício o gesto maior de Vargas para salvar as conquistas da Nação e dos trabalhadores, saiu às ruas atacando tudo aquilo que representasse oposição ao seu líder e sua reação assustou os golpistas.

> Além do nacionalismo econômico, o principal alvo daquelas articulações era a política social de Vargas. Pouco antes de morrer, o Presidente duplicara o salário mínimo, desvalorizado no período em que esteve fora do poder.

Este era o Brasil sonhado por Vargas. Da democracia social, da valorização do trabalho e do trabalhador. Um Estado do Bem-Estar Social tropical, que Getúlio implantou e que começou a ser demolido após sua morte, apesar dos esforços de Jango e de Brizola.

Érico Veríssimo

É NAS NOITES DE INSÔNIA que folheio alguns escritos de Érico Veríssimo. Em certas horas os ponteiros param os minutos e o brilho das estrelas em parceria com a lua adentra as frestas da janela.

É como se as minhas veias explodissem prenunciando o desaguar da loucura, mas aquela loucura de Rotterdan, a boa loucura, a loucura consciente, atrevo-me, a loucura de Érico Veríssimo, a loucura do ser universal.

Vocês já se deram conta da força que existe e da magnífica realidade e experiência que é a de um escritor fazer com que um menino do interior da Rússia, um professor italiano de uma conceituada universidade, um camponês mexicano, um estudante brasileiro, um cidadão africano, um parlamentar de algum país latino-americano, tenham algo em comum.

A universalidade de Érico Veríssimo nos dá esperança de que ainda é possível que os homens usem mais as palavras para se irmanarem em atos de solidariedade e amizade.

Se os senhores que comandam as decisões mundiais lessem um pouco de Érico, com certeza, estaríamos bem melhor.

Uma das qualidades de Érico, com a qual me identifico, sem dúvida é o idealismo e o humanismo. E tenho preferência por *Saga*, escrito em meados de 1940, baseado no diário de um ex-combatente da Brigada Internacional na guerra civil espanhola.

E muito fiquei a me perguntar: O que fez aqueles 16 brasileiros se apresentarem como voluntários para lutarem contra o fascismo de Franco? Só poderia ser coisa de idealista em busca de liberdade.

E a liberdade sempre esteve junto às obras de Érico. Yupanqui imortalizou "eu tenho uma irmã que se chama liberdade". Que coisa linda esquecer a vida em busca de liberdade... Gracias capitão Rodrigo Cambará.

E como cúmplice da liberdade, Érico, era um grande admirador de Alberto Camus: "O escritor é a testemunha da liberdade". Érico não hesitou em atacar abertamente, sempre que possível, os responsáveis pela ditadura, recusando submeter qualquer escrito seu à censura prévia, porque "fazer isso seria uma triste forma de suicídio moral".

> Em pleno governo Médici declarava, numa entrevista ao Correio da Manhã (19-11-71): "No Brasil hoje em dia predomina uma atmosfera de medo. Amigos tenho, apolíticos, que temem falar em certos assuntos pelo telefone. Ora, nenhum governo sem contestação poderá manter-se em permanente renovação. O direito de criticar construtivamente deve ser mantido. A imprensa deve ser livre e responsável. É um erro funesto confundir crítica patriótica com subversão. Estamos correndo o risco de perder o hábito de pensar".

A obra de Érico Veríssimo é de uma imensidão oceânica. O Tempo e o Vento, Incidente em Antares, Caminhos Cruzados, Clarissa, O Prisioneiro, Israel em Abril, Um Lugar ao Sol, enfim tantas outras.

Se me dessem a oportunidade de ser crítico literário e perpetuar nas páginas dos jornais, diria que a obra de Érico Veríssimo é atemporal, perpassa os tempos, as terras e os idiomas, não tem estilo nem escola, simplesmente, como já disse o Glênio Fagundes: "é como o canto dos pássaros, é eterno".

MÁRIO QUINTANA

MÁRIO QUINTANA, o poeta das coisas simples.

A lacuna que ele deixou na literatura brasileira permanece aberta, tão grande é a sua obra. Resta-nos o consolo de revisitar os seus escritos e continuar bebendo de sua generosa fonte literária.

Uma marca de Mário Quintana foi sua despreocupação com relação à crítica. Costumava dizer que fazia poesia porque "sentia necessidade".

Em sua poesia há um constante travo de pessimismo e muito de ternura por um mundo que lhe parecia adverso.

> Mário Quintana, nas palavras de Fausto Cunha, autor de um livro sobre o poeta, "soube manter-se fiel ao seu gênio poético, à sua vocação lírica, quando tantos em torno dele se esgotavam em caminhos equivocados".

E poetando suas emoções, seus sentimentos, ele faz de si um espelho do mundo que o cerca, não raro abrindo mão de sua face dita angelical para refletir imagens da vida com fina ironia e, às vezes, com ácido sarcasmo.

Um lirismo quase puro como o de Mário Quintana é raro em nossa poesia moderna. Autêntico, elaborado e musical, ele tornou-se um dos grandes líricos contemporâneos.

De sua obra pincei alguns versos, que espelha o mundo que nos cerca, a realidade que vivemos, como DAS UTOPIAS: Se as coisas são inatingíveis...ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!

Farrapos

O 20 DE SETEMBRO é a data maior do Rio Grande do Sul. É nesse dia que nós gaúchos juntamente com todas as etnias e origens que formam a sociedade sulriograndense como os alemães, italianos, poloneses, árabes, negros, judeus, índios, brancos, japoneses, e outros, reverenciamos a Revolução Farroupilha – marco da nossa formação política, econômica, social e cultural.

Há mais de 170 anos a então Província de São Pedro sofria com a espoliação do governo central. Os produtos agropecuários, principal base da economia gaúcha, eram penalizados com altos impostos. O Império brasileiro também expropriava e desviava recursos acumulados na província, até mesmo para pagar dívidas federais junto a Inglaterra. A sociedade local não aceitava mais essa situação e a revolta era uma questão de tempo.

O historiador norte-americano, Spencer Leitman, na sua obra *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos* escreveu que a corrupção institucionalizada continuava, mas as fontes de renda da província aumentavam com a nova organização estrutural e processual. O Governo central arrecadava

mais dinheiro, porém não distribuía mais verbas para construir uma infra-estrutura adequada.

Os farrapos eram liderados por Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Davi Canabarro, Teixeira Nunes, João Antônio, Onofre Pires do Canto, Gomes Jardim, Antonio Vicente, Lucas de Oliveira, e os inesquecíveis lanceiros negros – eternas bandeiras de liberdade que tremulam nas páginas da história.

> Na manhã do dia 20 de setembro de 1835 ouve-se nas coxilhas e canhadas o toque dos clarins . A ponta de lança e casco de cavalo iniciava nas planuras do sul do continente uma das maiores epopéias da humanidade.

O príncipe dos poetas brasileiros, Olavo Bilac, disse que os farroupilhas foram os primeiros criadores da nossa liberdade política. "Eles não olhavam para si: olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade".

Passados mais de 170 anos e mantendo as devidas proporções o Estado do Rio Grande do Sul continua perdendo espaço. As elevadas taxas de juros e o câmbio valorizado penalizam setores importantes da indústria. A restrição de crédito de exportação diminuiu a competitividade da indústria local. A elevação de impostos, gera um risco à ampliação dos negócios. O desemprego é crescente. Não é levada em consideração pela União a posição estratégica do estado no Mercosul. Da mesma forma a União não senta para rediscutir uma dívida questionável e impagável que está sangrando as veias gaúchas.

Que falta faz a força dos ideais farrapos!

Luiz Carlos Prestes

UMA VEZ EU ESCUTEI o Taiguara cantar uma canção que se chamava O cavaleiro da esperança:

"Quem só espera não alcança
Mas quem não sabe esperar
erra demais, feito criança
Cai. E até se entrega ou trai.
E cansa de lutar

O Cavaleiro da Esperança
faz a hora acontecer
Faz punho armado
Faz punjança
Mas combate pela paz
pro povo não morrer

Pois Ogum Guerreiro não morre
prestes a encontrar
uma estrela d'alva para nos guiar

É soldado alerta. É São Jorge
prestes a enfrentar
o dragão do mal
que quer nos matar."

Luis Carlos Prestes foi um gaúcho destemido que não fez outra coisa senão acreditar nos seus sonhos.

Incompreendido por muitos, inclusive dentro da própria esquerda, Prestes esteve presente em todos os momentos importantes da história brasileira do século XX.

Conheci Prestes pela primeira vez através do livro *O Cavaleiro da Esperança*, de autoria de Jorge Amado. Isto foi aos meus catorze anos, quando eu cursava o último ano do colégio noturno para trabalhadores, em Caxias do Sul. Depois, tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, em Porto Alegre, através do amigo Pereirinha.

> Em sua jornada pelo interior do País, Prestes viu a profunda desigualdade que havia entre as pessoas que viviam nos grandes centros e as que moravam nas regiões mais afastadas, populações que os governos pareciam desconhecer a existência.

Presidia eu o grêmio estudantil do colégio e aquele espírito de liderança de Luiz Carlos Prestes era algo que inspirava um ainda garoto que já começava a enxergar as injustiças às quais estava submetida a grande maioria dos trabalhadores desse país.

Ainda nos tempos de sua coluna, o jovem comandante Prestes percebeu não fazer muito sentido uma guerra para se tomar o poder, enquanto o povo estava naquela miséria.

Segunda Parte

Os gestos

Para as presentes e futuras gerações

É VISÍVEL O LEGADO que os índios e os negros nos deixaram. Eles foram atores nas construções das charqueadas, portos, estradas, prédios, igrejas, moradias, ruas e avenidas. Foram esses os primeiros gestos de desenvolvimento do nosso estado. Depois, com a presença dos imigrantes, ocorre o fortalecimento desses gestos e o estado começa a tomar as feições que tem hoje.

Reparem que o desenvolvimento do Rio Grande acaba sendo o resultado da participação das várias etnias que formaram a nossa gente. São as diferenças individuais, sociais e culturais que nos ensinaram a importância da conversa e do diálogo, da superação das dificuldades e diferenças para se encontrar um "porto seguro".

Se hoje é possível circular nos diversos cantos e recantos do estado, é graças ao resultado da unidade da nossa gente que forjou uma formação da identidade social e pessoal do gaúcho. O resultado desse trabalho está na persistência e luta da marcante característica do povo gaúcho.

Sei que para mim a responsabilidade está cada vez maior, pois tenho compromisso com a gente do sul e ainda sou do

tempo da palavra empenhada com o fio de bigode. Todas essas faces e espelhos que me acompanham estão a me ensinar cotidianamente que a realidade é fruto da conquista.

Permitam-me agora apresentar alguns dos meus gestos.

Somos assim

NA PONTA DA LANÇA e dos cascos (Matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* – 6-6-2005)

Congressistas do Rio Grande do Sul superam diferenças partidárias para garantir aprovação de projetos em prol do Estado

Vistos como bairristas e aguerridos, os parlamentares gaúchos formam a bancada das causas inglórias. Deixam de lado diferenças ideológicas e rivalidades eleitorais para batalhas "em defesa do Rio Grande do Sul" e não têm medo de encarar temas controversos. Defendem sem constrangimento os produtores de fumo e de armas, vão para briga pela liberação dos transgênicos e lutam para que o governo socorra a Varig.

Os gaúchos formam uma bancada com 31 dos 513 deputados e três dos 81 senadores. Não são assim tão numerosos, mas a insistência desses congressistas na defesa das "bandeiras do Estado" ajuda a produzir resultados. Eles saíram vitoriosos, por exemplo, do confronto com ambientalistas e aliados da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para a legalização do cultivo de organismos geneticamente modificados. Naturalmente que o projeto dos transgênicos não foi aprovado apenas

pelo empenho de congressistas do Rio Grande do Sul. Mas o barulho que eles fizeram contribuiu para a decisão.

O que diferencia a bancada gaúcha, na visão do Senador Paulo Paim (PT–RS), é que os parlamentares do Sul atuam no Congresso sem olhar para diferenças partidárias. "Eu e os senadores Pedro Simon, do PMDB, e Sérgio Zambiasi, do PTB, somos de partidos diferentes, mas votamos muitas vezes unidos em defesa do Rio Grande do Sul. A tendência é caminhar sempre juntos. E, mesmo que as visões sejam diferentes por questões partidárias, defendemos a posição um do outro", explica Paim.

> "Somos assim. Como se diz, unidos no lombo do cavalo, na ponta da lança e na ponta dos cascos. Isso em nome dos interesses do Rio Grande", prossegue o senador petista. "Para entender as características da bancada gaúcha, é preciso compreender a história do nosso Estado. Isso vem de muito longe. É só olhar para a história, a Guerra dos Farrapos...."

No Senado, Paim é relator, na Comissão de Assuntos Sociais, da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, um tratado proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para gradativamente acabar com a produção mundial de fumo. Na semana passada, marcada pelo Dia Mundial do Controle do Tabaco, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, do mesmo partido de Paim, esteve no Congresso para pedir pressa na aprovação da convenção. O senador, porém, quer que o assunto seja exaustivamente discutido para se fechar um acordo para votar a convenção.

Paim diz que não é contra a aprovação da convenção, mas diz que a proposta tem de detalhar, de forma clara, como será a regra de transição para a substituição do fumo por outra cultura. "Estão envolvidas na produção do fumo no Sul 250

mil famílias. Não podemos fechar os olhos para isso. É claro que ninguém acredita que o fumo não faz mal. Mas essas famílias vão viver como? Temos de definir como e qual será a cultura que substituirá o fumo", argumenta.

Na Câmara, o Deputado Pompeo de Mattos (PDT–RS) não se constrange em sair em defesa das "causas do Sul". Integrante da CPI das Armas, já foi identificado como integrante da "bancada da bala" por repetir que a proibição da venda de armas e munições será um golpe na indústria gaúcha que produz, em larga escala, revólveres e balas de fogo. Chega a defender até mesmo que o referendo previsto para outubro, quando a população opinará se quer o fim da venda de armas e munições no País, seja feito regionalmente.

"O plebiscito pode ser realizado, mas deve ser respeitada a vontade de cada estado. No Sul, defendo que haja um plebiscito separado. Certamente, os gaúchos serão contra o fim da venda de armas", diz.

"Gaúcho é assim mesmo, é diferente. Tudo que se construiu no Rio Grande foi a ferro e fogo." Ao falar da bancada gaúcha no Congresso, Mattos faz um paralelo com a histórica do povo do Sul. Começa por comentários sobre a luta dos índios contra os espanhóis, há 300 anos, e sai listando episódios em que os gaúchos enfrentaram o Uruguai, a Argentina, o Império, São Paulo, e assim vai. "Em 1835, brigamos contra o Império, foi a Revolução Farroupilha. Em 1860, fomos para a Guerra do Paraguai. Grande parte dos soldados era gaúcha. Em 1893, brigamos contra a Federação na Revolução Federalista. Em 1923, não tínhamos com quem brigar e brigamos contra nós mesmos. Nós somos assim. Vamos sempre para a briga."

Pacto Federativo I

HÁ MUITOS ANOS venho defendendo um novo Pacto Federativo. Essa nova relação apontaria caminhos para o equilíbrio na distribuição de recursos e de serviços a serem prestados à população.

Apenas nas duas últimas décadas os municípios assumiram inúmeros encargos e atribuições de responsabilidade da União e dos estados, nas mais diversas áreas. Enquanto, de maneira contrária, a participação dos municípios no bolo tributário nacional diminuiu de 17% para 14%.

Somente no ano de 2005 estes recursos representaram o equivalente a 4,45% das receitas orçamentárias dos municípios.

A dívida do estado com os municípios chega a R$300 milhões. Dívida esta que se refere a serviços de competência do estado e que foram prestados pelos municípios à população, em programas específicos nas áreas de saúde, educação e outras.

A partir do momento em que o município fica devedor do estado ele é inscrito no Cadastro de Inadimplentes (CADIN), e

deixa de receber recursos em áreas prioritárias. Portanto, ele fica impossibilitado de assinar convênios e contratar com as mais diversas áreas do Governo, trazendo prejuízos enormes à administração pública e ao interesse público. Essa informação, pouquíssimas vezes chega até a população .

É claro que sabemos também que o estado possui problemas financeiros, ocasionados pela falta de repasses de verbas da União. E isto é assustador.

> Creio que o Congresso Nacional, dentro de suas competências legais, deve fazer todos os esforços para equacionar esse descompasso, dando a verdadeira partida para o encaminhamento das justas reivindicações dos municípios, que não são apenas dos gaúchos mas de todos os munícipes brasileiros.

Este novo pacto federativo deve estar efetivamente acompanhado das reformas tributária e fiscal.

As reformas necessárias à construção do novo pacto federativo deverão resultar num autêntico federalismo fiscal e social, revendo as competências, as atribuições e a repartição dos recursos entre a União, os Estados e os Municípios, bem como na construção da cidadania plena para todos os brasileiros.

Prefeitos brasileiros reivindicam um novo pacto federativo.
Nada mais do que justo.

Pacto Federativo II

TODOS OS ANOS a capital Federal pára por ocasião da marcha dos prefeitos. Eles fielmente aos seus princípios reivindicam a aprovação de uma série de projetos de leis e propostas de emendas à Constituição. Com certeza é um momento ímpar da municipalidade brasileira.

O Congresso Nacional deve concentrar todos os esforços para encaminhar as justas reivindicações dos municípios. Assuntos como financiamento e gestão da saúde pública e reformas tributária, social e política estão na pauta das discussões.

A urgência de um novo pacto federativo é o grande desejo dos 496 municípios gaúchos. Uma nova relação entre a União, os Estados e os Municípios, apontaria caminhos para um equilíbrio na distribuição dos recursos orçamentários.

> Como relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, recomendei a aprovação da PEC nº 285/2005 que prevê a elevação de 22,5% para 23,5% dos tributos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Mas, também é necessário que façamos observações para avançarmos na linha do pleno desenvolvimento e da cidadania.

Defendo a descentralização de recursos, mas também de responsabilidades.

Os municípios e os estados têm legitimidade para formular ações e exigir mudanças que propiciem melhores condições administrativas. A realidade a eles pertence.

Não estamos brincando de fazer um país. Como disse Aparício Saraiva: "Ou há Pátria para todos, ou não há Pátria".

O Brasil é formado por homens e mulheres de várias etnias e classes sociais. Infelizmente, a miséria e a pobreza são retratos do nosso cotidiano. A responsabilidade social não pode estar em segundo plano. Ela deve ser a regra.

Os estados e os municípios ao utilizarem os benefícios de um novo pacto devem efetivamente construir agendas sociais focadas na melhoria de vida e bem estar da população, com o devido corte das diferenças.

Por isso, eu defendo um pacto federativo com responsabilidade social.

Esse "federalismo social" pode se transformar em realidade a partir do momento que destinarmos todas as nossas energias para superar os limites que nos desumanizam.

É preciso criar mecanismos para que a sociedade enfrente os problemas oriundos da globalização. Este caminho passa, também, por uma educação profissional que prepare nossos jovens para o mercado de trabalho.

Eu disse ao Presidente da Famurs (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul), Flávio Luiz Lammel, que a reivindicação da entidade de pleitear parte da CPMF para os municípios e estados é legítima e tem meu total apoio.

Orçamento

O ORÇAMENTO DA UNIÃO tem sido foco de inúmeros escândalos comprometendo a imagem do Congresso Nacional e de todos os parlamentares.

O Poder Executivo e o Poder Legislativo não têm conseguido, de forma eficaz, identificar, fiscalizar e coibir essas ações, que visam, tão-somente, ao desvio do dinheiro público, através de superfaturamento e outras artimanhas.

Um dos focos de todo esse processo são as emendas parlamentares, individuais e de bancada, que são disputadas a ferro e fogo, uma a uma, visto que envolvem bilhões de reais em recursos destinados às bases políticas.

É preciso transparência. Por isso proponho a extinção das emendas individuais ao orçamento e a sua substituição por uma forma de participação direta dos municípios e estados na destinação dos recursos que beneficiarão a população.

Hoje, as cidades com maior colégio eleitoral, que têm prefeitos mais atuantes e em condições financeiras de viajar a Brasília, é que recebem grande parte dos recursos oriundos das emendas parlamentares, ficando a outra grande maioria dos municípios sem um tostão sequer.

Também sugiro a criação de um conselho municipal de investimento em cada município, envolvendo a Câmara de Vereadores, a Prefeitura e a sociedade civil, na decisão das prioridades de investimentos. Assim, abriríamos espaço para o envio direto ao Ministério do Planejamento ou ao Congresso Nacional das prioridades municipais para inclusão na peça orçamentária.

> No âmbito dos estados, defendo que as aplicações de recursos e suas prioridades sejam discutidas nas diversas microrregiões, posteriormente, na Assembléia Legislativa, com a participação do governo estadual, e, ainda, que as decisões tomadas sejam defendidas pelos parlamentares da bancada federal, em Brasília.

A aplicação dos recursos deveria ser executada sempre mediante um agente financeiro, por exemplo, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, com critérios rígidos de fiscalização e com a disponibilização de todos os dados na internet, da descentralização de recursos disponíveis.

Com a adoção desses procedimentos, estaríamos dando um grande salto de qualidade na aplicação e distribuição dos recursos públicos. Com a extinção das emendas parlamentares, o debate se voltaria para o interesse dos municípios, dos estados, do País, com total transparência.

SUDESUL

O GOVERNO FEDERAL está fazendo um grande esforço para reduzir as desigualdades regionais do País. Exemplo disso é a assinatura do decreto para instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação das novas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

Diante das diferenças econômicas e sociais, principalmente das regiões do Norte e Nordeste, poderíamos argumentar que a região Sul dispensaria a atuação de uma entidade federal dedicada exclusivamente para o seu desenvolvimento.

No entanto, não podemos esquecer que a marcha do crescimento nacional não é caracterizada apenas pelos desequilíbrios regionais, mas também por fortes disparidades microregionais. Mesmo nos estados mais desenvolvidos da Federação há aqueles que sofrem de estagnação econômica.

Existem níveis de crescimento pouco satisfatórios na metade sul do Rio Grande do Sul, na região serrana de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná. Por si só este vácuo atesta a necessidade da criação de uma entidade com visão abrangente e poder de agregação dos interesses dos três estados do Sul.

> A Metade Sul composta por 104 municípios vem ao longo dos últimos anos acumulando índices de desemprego assustadores e perdendo ostensivamente a participação no PIB. O que dizer aos milhares de jovens que todos os anos pleiteiam um lugar ao sol?

Proponho através de projeto de lei do Senado Federal a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). A relatoria é do Senador Pedro Simon. Essa autarquia será vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

A Sudesul é um importante instrumento para nortear as ações de desenvolvimento sustentável necessário para alavancar a economia dos três estados do Sul, mas principalmente do nosso querido Rio Grande do Sul.

Creio que a Sudesul é também uma homenagem ao povo sulista – tão bem descrito pelo cantor e compositor Elton Saldanha: "nascido entre a poesia e o arado, a gente lida com o gado e cuida da plantação, a minha gente que veio da guerra, cuida desta terra como quem cuida do coração, eu sou do sul".

ZPEs

AS ZONAS DE PROCESSAMENTO de exportação (ZPE) são distritos industriais que oferecem benefícios administrativos, isenções tributárias e liberdade cambial para empresas que devem destinar a maior parte da produção para a exportação.

Conforme levantamento da OIT, desde 2002, as ZPE criaram 60 milhões de empregos diretos nos 104 países onde estão presentes. Somente na China existem 250 ZPE federais e mais de 3 mil criadas pelas províncias. Nos Estados Unidos, em 2005, foram movimentados cerca de 410 bilhões de dólares.

E o Brasil? Onde se encaixa nesse contexto? Atualmente está previsto o funcionamento de 17 ZPE. E o Rio Grande do Sul tem o destaque que merece? Das 17 apenas uma está prevista para o estado, especificamente em Rio Grande, na chamada Metade Sul, que inclusive já está com a infra-estrutura construída. Mas, isto é pouco, muito pouco se considerarmos que o Estado do Maranhão já foi contemplado com uma ZPE, mas conta com a possibilidade de vir a receber mais 3.

> O Rio Grande do Sul não pode mais uma vez perder o trem da história. Sou autor de dois projetos de lei criando

> mais duas zonas de exportação no estado: uma no vale do Rio dos Sinos e outra no norte. O Senador Sérgio Zambiasi propõe a criação de uma ZPE em Uruguaiana.

As "forças vivas" da região Norte e do vale dos Sinos terão a tarefa de escolher a localização dos distritos industriais. Por isso é fundamental a participação das lideranças regionais numa efetiva parceria entre municípios, Estado, União e iniciativa privada.

O Rio Grande do Sul é um estado exportador que ao longo dos últimos anos vem sofrendo com crises em vários setores da economia, entre eles o coureiro-calçadista, o moveleiro, o setor da vitivinicultura e vestuário.

As ZPE não são a salvação da lavoura. Mas podem a médio prazo ser importantes parceiras na geração de novos postos de trabalho e de desenvolvimento regional.

Reunião do meu Conselho Político de Livramento.
Fizemos um bom debate sobre as ZPEs.

BR-386

SÃO INÚMEROS os movimentos para a duplicação e implantação de rodovias federais e estaduais. Essa tendência reflete a dificuldade de escoamento da safra agrícola e das exportações de todo o País devido às péssimas condições de tráfego das rodovias.

A BR-386, denominada pelos gaúchos de estrada da produção, tornou-se mais um exemplo dessa tendência, que culminou com a criação do movimento Pró-Duplicação da BR-386.

Essa importante rodovia federal é responsável pelo escoamento de 6,4% de toda a exportação do Estado. Além disso, existe um intenso fluxo de veículos de passeio, ônibus e tráfego pesado de carga, com uma densidade média de 9 mil veículos por dia, valor superior ao recomendado. Além do que, dependem dessa estrada federal mais de 300 mil habitantes de municípios gaúchos.

A BR-386 faz ligações entre as principais regiões do centro do Estado, como a Rota do Sol, interligando o vale do Taquari à serra gaúcha. Ela faz, ainda, a ligação gaúcha com o planalto médio, o alto Uruguai, o oeste catarinense e paranaense, o sul do Mato Grosso e o porto de Rio Grande.

> Não restam dúvidas de sua importância para o estado e para o País, por isso torna-se cada vez mais urgente a necessidade de sua duplicação no trecho Tabaí – Estrela, pelo intenso movimento de veículos e o grande número de acidentes ocorridos nesta extensão.

Segundo estudos técnicos, o custo da obra está estimado em 52 milhões de reais. Um valor pequeno se levarmos em conta as vidas perdidas nos acidentes ocorridos e os milhões de reais que por ali passam todos os dias.

A duplicação da BR-386 tem meu incondicional apoio, em especial neste momento em que a região se consolida como um dos principais centros de logística empresarial do interior do Estado.

Reunião com o Ministro dos Transportes para tratar da duplicação da BR-386. Mais uma vez a bancada gaúcha se mostrou unida.

UERGS

A UNIVERSIDADE ESTADUAL do Rio Grande do Sul (UERGS) é um patrimônio de todos os gaúchos que reivindicaram durante muitos anos uma instituição de ensino superior forte, comprometida com o ensino de qualidade e voltada para a realidade das regiões.

A UERGS está presente em mais de 30 municípios gaúchos. São 25 cursos, além de pós-graduações e extensões. Mais de 200 professores qualificados e cerca de 4 mil e quinhentos alunos. Números de dar inveja a muitas universidades.

Lamentavelmente a UERGS atravessa uma séria crise financeira. Espero que quando este livro estiver nas ruas, a situação já tenha sido contornada. Em maio de 2007, recebi um relatório da reitoria onde é apontada uma dívida total de R$11.350.860,00 (onze milhões trezentos e cinqüenta mil e oitocentos e sessenta reais).

Acompanhando toda esta situação e tendo recebido centenas de *e-mails*, cartas, e telefonemas de alunos, pais, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, me senti na obrigação e no dever de realizar alguns encaminhamentos.

Realizamos uma audiência pública no dia 4 de junho, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento foi em parceria com o Legislativo gaúcho.

> A UERGS deve ser reconhecida como uma instituição de qualidade. Os benefícios que ela traz para o Rio Grande são incalculáveis. A inovação que ela representa para a história do Rio Grande é algo fabuloso. A UERGS é um esteio para o crescimento econômico, social e cultural do nosso estado.

Há tantos pensamentos de educadores e estudiosos, mas fico com uma frase do Ernesto Guevara: "um dos grandes deveres da universidade é levar suas práticas profissionais ao seio do povo".

Eu, o Senador Cristovam Buarque, o Deputado Estadual Adão Villaverde, o Senador Sérgio Zambiasi e a Deputada Estadual Marisa Formolo. Audiência pública sobre a UERGS.

PROÁGUA

ESTOU EMPENHADO em ajudar o Governo Federal a implementar o Programa Nacional de Infra-Estrutura Hídrica (PROÁGUA).

Este projeto será desenvolvido pelos ministérios da Integração, Meio Ambiente e pela Agência Nacional de Águas (ANA). O objetivo é promover ações voltadas à realização de obras contra as secas e de ampliação da infra-estrutura hídrica.

Está prevista a construção e recuperação de novas barragens, açudes, canais, adutoras e sistemas de abastecimentos, compra de equipamentos, além do aumento e oferta de água para o consumo humano.

> O Proágua é imprescindível para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Mas principalmente para o nosso querido Rio Grande. Com toda certeza será uma alavanca na produção agrícola gaúcha.

Primeiramente, o Estado será contemplado com a construção de duas barragens na bacia do rio Santa Maria, totalizando investimentos de R$100 milhões.

Mas o Proágua é muito mais.

O Brasil enfrenta grandes desafios na gestão de recursos hídricos. A degradação da qualidade da água vem criando situações insustentáveis e comprometendo o desenvolvimento, principalmente nas regiões metropolitanas.

Menos de 20% dos esgotos urbanos do país recebem tratamento. Grande maioria dos dejetos é lançada diretamente nos rios, nos lagos, nas lagoas..., colocando em risco a saúde da população e o equilíbrio ambiental.

Já a arenização do Pampa é uma realidade. E o mais grave é que ela decorre da atividade humana e tem atingido não só o meio ambiente, mas tem produzido efeitos, também, na esfera econômica. Por isso é necessário trabalhar para um equilíbrio ambiental mínimo capaz de manter os ciclos biológicos essenciais.

MERCOSUL

NÃO ME CANSO de escutar a canção *Orelhano* de autoria do Mário Eleú Silva na imortal interpretação do Dante Ledesma. "Não se pede passaporte nestes caminhos do pampa" é um verso tão real para a concepção de integração latino-americana, que muito antes de os governos falarem em Mercosul os nossos poetas e cantores já alargavam as fronteiras culturais.

E essa "liberdade que acenava tão faceira" é poncho largo, sim, para os trabalhadores do Mercosul. Eles também têm direito de ir e vir livremente na busca de ocupação que lhes permita lutar pela sobrevivência.

O direito de livre circulação encontra fundamento no princípio da não-discriminação, que comporta a igualdade de tratamento entre todos os trabalhadores que desempenham sua atividade no âmbito de qualquer mercado comum.

> É preciso aprimorar a harmonização das legislações trabalhista e previdenciária e reconhecer mutuamente os diplomas e títulos profissionais – o que garantirá o exercício pleno da profissão nos territórios nacionais do bloco.

O Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul já vem atuando nesse sentido com ações facilitadoras da circu-

lação de mão-de-obra no espaço geográfico da região. Conforme levantamento da OIT, há várias formas de reajuste dos benefícios previdenciários praticadas pelos países-membros do Mercosul.

Uns utilizam o reajuste anual pelo índice de custo de vida, ou seja, pela inflação anterior; em outros, os benefícios são ajustados anualmente conforme variação no salário mínimo; e há aqueles em que os benefícios são ajustados anualmente conforme variação nos salários dos ativos.

Em 2005, o valor do salário mínimo, em dólar, no Brasil, girava em torno de US$116; na Argentina era de US$155; no Uruguai, US$81; e no Paraguai, US$139. Estamos discutindo a livre circulação e o reconhecimento da mão-de-obra por parte dos governos, nada mais justo que discutamos um salário mínimo unificado para o Mercosul. Uma legislação trabalhista para o Mercosul. Uma legislação previdenciária para o Mercosul.

Temos também que assegurar a liberdade e autonomia sindical, até mesmo com negociações coletivas. Queremos que os trabalhadores participem na elaboração das estratégias do Mercosul por meio do diálogo, das negociações com os outros blocos constituídos no mundo.

O Mercosul deve ir além do comércio e incluir o social, o cultural, os direitos humanos, a distribuição de renda, e a geração de empregos.

TURISMO

A INDÚSTRIA DO TURISMO é uma importante atividade de desenvolvimento econômico, social e cultural que promove a integração dos povos. "A indústria sem chaminés" – como é definido o turismo – é uma das atividades que mais empregos e lucros gera no mundo.

Segundo pesquisas, representa cerca de 10% da força de trabalho global, em empregos diretos e indiretos, e a expectativa para o crescimento nos próximos anos é enorme.

No Brasil, a cada ano, mais e mais turistas chegam para conhecer nossa cultura, folclore, história e riquezas naturais, sem contar o atrativo mercado de negócios que cada vez mais se potencializa.

> Porém, um dado nos preocupa. Apenas um percentual muito pequeno de turistas estrangeiros que chegam ao Brasil procuram o Rio Grande do Sul. A maioria, como se sabe, procura as atrações da região nordeste.

O Rio Grande do Sul possui características marcantes como potencial turístico. Destacando-se entre outras as Ruínas das Missões Jesuíticas, Festa da Uva, Vale dos Vinhedos, Par-

que Nacional dos Aparados da Serra e o Salto de Yucumã que é considerado a maior queda d'água horizontal do mundo.

Os últimos governos que passaram pelo Palácio Piratini tiveram a preocupação de elaborar programas para o setor turístico gaúcho. Sem dúvida. Mas, pela matriz que temos , cultura, folclore, história, recursos naturais e humanos, e empresariado disposto a investir, é necessário darmos um giro de 180 graus e começarmos a discutir e debater políticas efetivas para a indústria turística do estado.

Acredito que pelo potencial que possuímos é possível colocarmos este setor na linha de frente de dividendos para o estado e sociedade como geradora de recursos econômicos com a dinamização de comércio, artesanato, hotelaria, gastronomia, geração de empregos e distribuição de renda.

Rio dos Sinos e Gravataí

O ACIDENTE AMBIENTAL que atingiu o rio dos Sinos me deixou muito triste. A mortandade atingiu 15 quilômetros de extensão formando um imenso lençol de peixes mortos.

Por várias vezes demonstrei minha preocupação com a situação da população ribeirinha que vive da pesca e com o abastecimento de água dos municípios que dependem das águas do rio.

Com a intenção de reparar os danos e de revitalizar a área degradada apresentei na Comissão de Infra-Estrutura uma proposta de emenda ao Orçamento da União no valor de 200 milhões de reais.

Apresentei também uma emenda na Comissão de Meio Ambiente, por intermédio do Senador acreano Sibá Machado.

Por um entendimento entre os relatores das duas comissões a emenda foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente no valor de 260 milhões de reais, com uma justificativa de que, do montante aprovado, 200 milhões seriam destinados à recuperação do rio dos Sinos.

Acontece que os recursos aprovados foram alocados na Agência Nacional de Águas (ANA).

O relator na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos realizou um corte nos valores propostos, aprovando apenas 10 milhões de reais.

Na época, conversei com o relator e enfatizei a importância daquela verba para os municípios e a população da região.

Acabei conversando com o relator do Orçamento da União, Senador Waldir Raupp, sobre a necessidade de aumentar os valores já aprovados.

Ele esteve no estado reunido comigo e com a diretoria da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), parlamentares, prefeitos e representações da região. Ocasião em que tomou ciência da grave situação da bacia e se comprometeu a reforçar as verbas destinadas pra a obra.

Os recursos do programa foram aprovados com um acréscimo de 30 milhões, além dos 10 milhões já propostos pelo Governo.

Para minha surpresa, a Lei Orçamentária Anual para 2007 foi publicada com o recurso em um subtítulo nacional.

> Durante todo este período estive reunido com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, e com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, tentando alocar o máximo de recursos para os mais de trinta municípios que integram a bacia do rio dos Sinos.

Em maio de 2007 ocorreu um importante encontro no Palácio do Planalto que contou com a presença da Governadora do estado Yeda Crusius e 12 prefeitos da região, com a intenção de articular recursos do PAC para o Rio Grande do Sul na área de saneamento e habitação.

Na oportunidade, foi entregue à Ministra Dilma Rousseff uma proposta de investimentos na bacia do rio dos Sinos.

Estima-se que o total de recursos destinados para o Estado, em água e saneamento, ultrapassa os 700 milhões, sendo que mais de 200 milhões virão do orçamento de investimentos da União, o restante serão linhas de financiamento a baixos custos somado a contrapartida do Estado e dos municípios.

A previsão é de que somente o rio dos Sinos terá um aporte de 276 milhões de reais.

O rio Gravataí também será contemplado com recursos. A previsão é de que sejam aplicados 112 milhões de reais em financiamentos e aproximadamente 35 milhões de reais de recursos do Orçamento da União.

Além dos recursos para projetos de água e esgoto, a região da grande Porto Alegre receberá uma Unidade de Proteção Integral em torno do Guaíba.

A unidade de proteção, que contou desde o início com nosso apoio com a campanha Viva Guaíba, vai garantir de forma efetiva a conservação da biodiversidade e a preservação da bacia hidrográfica.

Participei de uma reunião com o presidente da Assembléia Legislativa, Luiz Fernando Zachia, sobre a revitalização do rio dos Sinos. Estiveram presentes prefeitos, vereadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais.

Kepler Weber

EM ABRIL DE 2007 recebi na Câmara de Vereadores de Panambi, o título de cidadão panambiense. A iniciativa foi do vereador Paulo Sérgio.

Nessa cerimônia ouvi com carinho a canção de Roberto Carlos e Erasmo, "Amigo", cantada e tocada por um coral da terceira idade.

Foi nessa ocasião que tomei conhecimento da situação da empresa Kepler Weber e fiquei apreensivo por ser ela uma grande geradora de empregos e de tributos.

Conversei com o prefeito, secretários, vereadores, trabalhadores e o próprio presidente da empresa.

A partir daquele momento "entrei no circuito" conversando com os acionistas da empresa em busca de uma solução. Busquei apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Previdência Social, Banco do Brasil, BNDES, e também do SERPROS (Fundo Multipatrocinado).

Em junho recebi um telefonema emocionado do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, me avisando que enfim havíamos conseguido uma solução.

Penso que uma empresa que revolucionou o mercado de armazenagem no País não poderá fechar as portas e colocar na rua centenas de trabalhadores capacitados, provocando uma das mais sérias crises econômicas na região e no estado.

Para enfrentar a grave situação financeira foi elaborado um plano de reestruturação empresarial.

Estou feliz, pois penso nesse momento principalmente nos milhares de cidadãos panambienses que dependem do emprego direto e indireto que a empresa gera.

Busquei esse entendimento com toda a minha alma e com a força do meu coração.

Acredito realmente que governo e empresários devem se unir para a construção de um País socialmente mais justo, e esse acordo é um reflexo desse pensamento.

Homenagem na Câmara de Vereadores de Panambi.
Agora sou cidadão panambiense.

Convenção-Quadro

AS DISCUSSÕES em torno da Convenção-Quadro foram momentos de grande polêmica no Senado.

De um lado os produtores rurais lutavam contra a falta de políticas públicas que assegurassem regras de transição para a cultura do fumo; e de outro as entidades anti-tabagistas e de saúde que defendiam a imediata ratificação da convenção.

Ajudamos a promover quatro audiências públicas nas regiões produtoras de fumo, e o sentimento dos agricultores era sempre o mesmo: de esperança e de confiança no Senado Federal no sentido de garantir junto ao Governo Federal regras claras de transição para uma nova cultura.

Em nosso País 85% da produção de fumo é exportada. Somos o maior exportador de fumo do mundo e o segundo maior produtor.

> Aceitar a Convenção foi importante para o Brasil, pois faz parte de uma iniciativa mundial em que os países reconhecem os danos sanitários, sociais e econômicos provocados pelo tabagismo.

Fui um incansável debatedor do assunto e agimos com tenacidade na busca de um compromisso do Governo Federal que garantisse regras claras de transição para os fumicultores.

Na noite do dia 26 de outubro de 2005, recebi um documento enviado pela Ministra Dilma Rousseff e assinado por mais cinco ministros. O texto trazia o compromisso com o fomento de políticas governamentais para estimular e apoiar os agricultores a ingressarem em novas cadeias produtivas.

O item 15 do documento diz:

"Finalmente, é importante esclarecer que as medidas previstas na Convenção não implicam em nenhuma obrigação implícita aos países membros para que restrinjam políticas nacionais de apoio à produção e tampouco medidas que visem a suprimir o direito de cultivo do tabaco. Isto é particularmente importante porque significa que os produtores que hoje cultivam fumo no Brasil poderão continuar a fazê-lo, se assim o desejarem."

O Brasil também declarou que não apoiará propostas que visem utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

Fiquei satisfeito com a aprovação do Decreto que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Foi uma vitória dos agricultores brasileiros, das entidades anti-tabagistas, das organizações e sociedades em defesa da saúde, mas, em especial, do Governo brasileiro que marcará sua participação internacional no primeiro tratado de saúde pública podendo deliberar e influir nas decisões tomadas ao lado dos demais países membros.

Comparecimento em massa na audiência pública que discutiu a Convenção-Quadro. Esta aí foi em Camaquã.

FUNDAP

A AGROPECUÁRIA é o setor de atividade econômica que com suas exportações vem sustentando a balança comercial de nosso País, contribuindo para reduzir as dificuldades que o Brasil enfrenta em suas contas externas.

Esse simples fato já é suficiente para convencer qualquer administrador público da importância do fortalecimento dos produtores rurais de todas as regiões.

O Rio Grande do Sul é uma área de forte presença da agricultura e da pecuária. Sua produção, além de seu peso no prato positivo das contas externas, tem um papel fundamental para a alimentação de todos os brasileiros.

Somando-se a fatores culturais e sociais, a agropecuária destaca-se como um dos mais importantes setores da economia do Rio Grande do Sul.

Por isso apresentei projeto de lei criando o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (FUNDAP). Este Fundo destina-se ao financiamento de projetos de fomento à agricultura e pecuária, inclusive à agricultura familiar, para a aquisição de equipamentos e máquinas e para investimentos em pesquisas e estudos de tecnologias agríco-

las.

> Nosso objetivo é dar continuidade aos projetos que trazem o desenvolvimento ao estado para este importantíssimo setor da economia. Sua aprovação acarretará num acréscimo de 7,4 milhões de reais por ano em média para o setor rural.

O Fundap será constituído basicamente de recursos provenientes de três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; de contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades do direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e outros recursos que lhe venham a ser atribuídos.

Minha preocupação em buscar recursos para apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário justifica-se plenamente pelos débeis resultados que vem apresentando.

Entendo que as políticas para agricultura familiar devem se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial ou de exportação. A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis.

A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso território, preserva tradições culturais do nosso País e mantém as pessoas em sua terra natal, evitando assim o enorme número de pessoas concentradas nos centros urbanos.

O grande objetivo é evitar o êxodo rural e proporcionar uma vida de qualidade para o agricultor e sua família, pois devemos ressaltar que, o índice de ocupação na área rural, vem apresentado queda ao longo dos anos.

Busco com o Fundap incentivar um setor que é de fundamental importância para o desenvolvimento do Rio Grande

Fui homenageado por um grupo de produtores rurais do Rio Grande do Sul. A emoção foi enorme.

FAT Rural

OUTRA PREOCUPAÇÃO que tenho é com os trabalhadores rurais. Tenho projeto que cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FAT Rural).

> O objetivo é custear o Programa de Seguro-Desemprego Rural; o pagamento do Abono Salarial Rural; e o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural (PRORURAL).

A intenção é chamar a atenção para a realidade do trabalhador rural e realçar as políticas públicas dirigidas ao homem e a mulher do campo. É preciso pensar e repensar o trabalho rural de forma mais estrutural, assegurando políticas específicas capazes de fomentar trabalho intensivo com linhas de crédito, bem como a capacitação e formação dos trabalhadores.

O meu mandato também é uma trincheira em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Três Pontes

DEI APOIO ao acordo firmado entre o Brasil e a Argentina para a construção de novas pontes sobre o rio Uruguai. Esse acordo se insere nas políticas dos dois países no que toca ao desejo histórico de suas populações que habitam a região de fronteira de aproximação, integração e aprofundamento do relacionamento.

A sua implementação cresce de importância quando analisada sob a ótica do fortalecimento do Mercosul e da sua contribuição para a retomada do crescimento das economias do Brasil e da Argentina, indispensável para a criação de empregos tão necessários nos dois países.

> Para nós gaúchos, o acordo tem um significado ainda mais amplo pois as travessias rodoviárias nele previstas serão construídas entre Itaqui e Alvear, Porto Mauá e Alba Posse, e Porto Xavier e San Xavier.

Essas novas ligações, além de fortalecerem o comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina e de reafirmarem a prioridade do Mercosul na integração econômica do Brasil com seus vizinhos do continente, sem dúvida alguma irão também contribuir para o aprofundamento ainda maior do inter-relacionamento dos brasileiros e argentinos que vivem na fronteira.

Junto com os complexos rodoviários a serem construídos para essas futuras ligações entre o Brasil e a Argentina, serão criadas inúmeras oportunidades de integração econômica, com rotas alternativas de comércio para favorecer importadores e exportadores localizados em diferentes pontos do território de cada um dos países.

Carvão

As RESERVAS do carvão mineral brasileiro somam hoje 32,4 bilhões de toneladas, quantidade equivalente a 2,5 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo. Constituem a maior reserva de combustíveis fósseis do País, sendo cerca de quatro vezes e meia maior do que as reservas atualmente comprovadas de petróleo.

O Rio Grande do Sul possui 89% das reservas brasileiras de carvão e sua importância econômica é indiscutível. O carvão poderá gerar divisas, mais empregos, circulação de renda nos municípios envolvidos, e evitar a migração da população mineira para as periferias das grandes cidades, onde aumentariam as favelas, o desemprego e as desigualdades sociais.

No entanto, seria importante a busca de uma política responsável que leve em consideração a preservação ambiental. Um aproveitamento mais racional das reservas do baixo Jacuí poderá contribuir para a elevação da participação do carvão mineral no desenvolvimento global do Rio Grande do Sul.

VINHO

QUANDO QUALQUER SETOR de atividades de uma empresa ou mesmo da economia de um país vai muito bem, não se costuma olhar em volta para enxergar possíveis adversidades. É o que se passa, por exemplo, com a balança comercial do Brasil.

Se os resultados são bons, é natural que se descuide do comportamento de alguns itens de importação e dos efeitos que produzem sobre a economia doméstica. Isso vem ocorrendo particularmente com os vinhos importados do Chile e da Argentina.

Embriagados com o sucesso das exportações, alguns setores do governo não percebem que as importações de vinho desses dois países do Cone Sul estão trazendo sensíveis prejuízos à vitivinicultura nacional, o que torna amargo o seu sabor.

Essas importações vêm crescendo em escala geométrica nos últimos anos. De 2001 a 2003, as importações do vinho chileno foram de US$11,1 milhões, US$11,6 milhões e US$16,1 milhões respectivamente. Em 2004, de janeiro a outubro, já ultrapassam o total do ano passado e somam US$16,8 milhões.

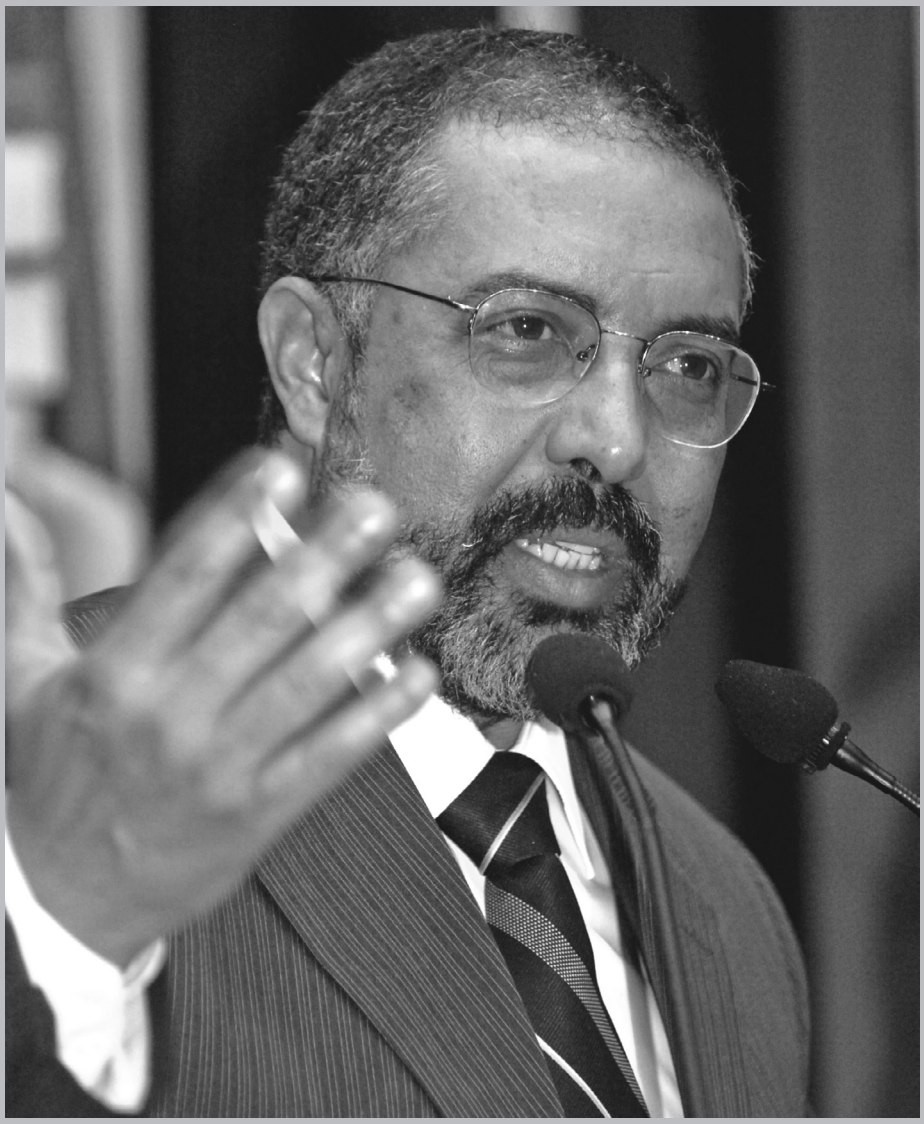
Em relação à Argentina, a situação não é muito diferente. De 2001 a 2003 as importações de vinho daquele país foram respectivamente de US$6,2 milhões, US$6,9 milhões e US$9,54 milhões. Em 2004, até outubro, as importações totalizaram US$15,1 milhões.

Essa inundação de vinhos chilenos e argentinos no mercado brasileiro tem provocado grandes prejuízos à indústria nacional. Nossa vitivinicultura enfrenta em seu próprio mercado uma concorrência predatória do vinho importado dada à falta de normas e a facilidade de acesso.

> Historicamente, o mercado brasileiro de vinhos finos era dividido meio a meio entre os importados e os nacionais. De uma década para cá a participação do produto importado tem aumentado significativamente, de forma que hoje é de 68%, contra 32% do nacional.

Isso leva a uma situação de desestímulo para toda a cadeia produtiva do vinho, com 15 mil famílias no cultivo da uva e 600 estabelecimentos industriais, englobando cerca de 230 mil empregos. Devido à concorrência predatória, toda essa atividade está ameaçada.

Desta forma, para competir com o importado, o vinho nacional precisa de incentivos que passam pela fixação de cotas de importação do produto oriundo do Mercosul e do Chile; da regulamentação da importação pelos supermercados; da redução à metade do IPI sobre vinhos, além de maior fiscalização das fronteiras para reduzir o contrabando.



Gemas e Jóias

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL é hoje um grande pólo de negócios no setor de pedras preciosas, ocupando o segundo lugar na colocação de maior exportador brasileiro de gemas brutas e lapidadas.

Estamos entre os maiores e mais importantes produtores mundiais de ágata e ametista, demonstrando a nossa vocação para o desenvolvimento do setor de lapidação de gemas e confecção de jóias.

Lamentavelmente o Brasil ocupa a posição de maior exportador de gemas brutas do mundo, devido a grande defasagem tecnológica no processo de lapidação.

Já, a China, a Tailândia e a Índia, devido ao baixo custo da mão-de-obra e os incentivos governamentais ao setor, têm obtido destaque no cenário internacional como centros mundiais de lapidação.

> Se quisermos ser competitivos neste mercado é necessário uma inovação tecnológica de modo que possamos agregar valor às gemas e gerar os empregos que precisamos, já que predominam no País as pequenas indústrias de lapidação em sistema artesanal.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com outros Órgãos, está desenvolvendo no Rio Grande do Sul o projeto de melhoria e desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Gemas e Jóias. Dentro deste contexto surgiu a necessidade da criação de um Centro Tecnológico.

Tudo que for para o bem do Rio Grande do Sul tem o meu apoio.

Educação profissional e Fundep

QUANDO O ASSUNTO é educação, não posso deixar de falar do ensino técnico profissionalizante.

No Rio Grande do Sul, temos 496 municípios, 31% deles possuem escolas técnicas profissionais, e apenas 12 escolas são federais.

Sabemos que o ensino tecnológico secundário não satisfaz as atuais necessidades do País, precisamos e queremos mais.

Estou convencido que o ensino técnico é um instrumento de combate aos preconceitos, de diminuição da violência e fundamental na construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e libertária.

> Não podemos sonhar com um País desenvolvido se desvincularmos as políticas humanitárias do avanço tecnológico.

A escola profissional é vertente de novos conhecimentos, de inovação tecnológica, de pesquisas de capacitação para o trabalho, de combate ao desemprego, enfim, de inúmeras ações que objetivam o desenvolvimento econômico do País como um todo.

***

Tenho recebido alguns prefeitos gaúchos que me pedem a instalação de escolas técnicas profissionais em seus municípios.

Percebendo a necessidade e o interesse cada vez mais crescente por escolas profissionalizantes. Apresentei na Comissão de Educação uma emenda destinada ao programa Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – no valor de R$1.200.000.000 (hum bilhão e duzentos milhões de reais).

> A minha constante preocupação com a ampliação do ensino técnico fez com que, em 2003, eu assumisse a coordenação da frente parlamentar que trata do tema no Senado, em parceria com o Deputado Alex Canziani, que é o coordenador na Câmara Federal.

A Frente é composta de 120 deputados e 26 senadores. Precisamos ampliar o número de parlamentares engajados nesta luta, assim poderemos, inclusive, buscar mais investimentos do Orçamento da União para a Educação.

Tenho uma responsabilidade histórica com a educação profissional. Acredito que com a aprovação da PEC nº 415/05, de minha autoria, que cria o FUNDEP (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador), estaremos garantindo significativos recursos para o ensino profissionalizante no Brasil. A previsão de investimento é de mais de R$5 bilhões.

Audiência pública em Canoas discutiu uma escola técnica para o município. O Fundep também entrou na pauta.

Ensino Superior

O SENADO FEDERAL aprovou projeto, de minha autoria, que cria a Universidade Federal da Região das Missões, no Rio Grande do Sul. A criação dessa instituição federal de Ensino Superior beneficiará milhares de jovens e representará um impulso ao desenvolvimento dos municípios da região missioneira.

Creio que são necessárias mais universidades no interior do País a fim de evitar que os estudantes se desloquem às capitais para realizar cursos que, muitas vezes, não têm relação com seus locais de origem. O PLS nº 215/07 foi relatado pelo Senador Pedro Simon, que deu parecer favorável. O Senador Sérgio Zambiasi também apoiou a iniciativa.

Outro projeto de minha autoria que tenho carinho especial é a Universidade do Mercosul.

A implantação de uma instituição universitária pública que atenda a região sul do continente e venha formar uma rede de universidades brasileiras e argentinas situadas em estados e províncias que fazem fronteira com os dois países é fundamental para o desenvolvimento da região.

> Acredito que este é um desafio capaz de ampliar e transformar a educação profissional e tecnológica, fomentando a verdadeira integração entre os países e formando profissionais capazes de atuar nas mais diversas áreas do conhecimento, em qualquer lugar da América Latina.

É evidente que um projeto desta envergadura vai impulsionar o desenvolvimento e o fortalecimento da educação formal, além de ser importante agente de inclusão social.

Setor exportador

VENHO TRABALHANDO arduamente pelo setor exportador gaúcho (calçados, têxtil, moveleiro etc). Por diversas vezes me pronunciei no plenário do Senado Federal sugerindo ao Governo medidas viáveis e imediatas para dar fôlego para tão importante segmento da Economia.

Solicitei a agilização do ressarcimento dos créditos presumidos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para o setor calçadista, tendo em vista que é uma determinação legal que não vinha sendo praticada. O pronto atendimento da Secretaria da Receita Federal foi, na época, fundamental para a preservação de milhares de empregos no setor.

O movimento "Brasil Compete Já" ajudou o Governo a reconhecer a delicada situação do setor exportador. Dei o meu apoio. Com o movimento vitorioso foi editada uma medida provisória para aliviar o setor. Essa MP tem como objetivo estimular investimentos e revitalizar esses setores da economia, que têm enfrentado problemas com a competitividade a partir da abertura de mercados, sofrendo com efeitos nocivos da globalização econômica.

> O País poderá alcançar novos mercados e gerar os empregos que precisa, basta adotar medidas eficazes para o setor como a desoneração da cadeia produtiva, a ágil restituição dos créditos tributários da exportação e a redução das taxas de juros.

A triangulação do alho chinês e o deferimento de liminar a empresas "laranjas", que importam toneladas do produto utilizando-se de práticas lesivas, impedem o recolhimento de milhões de reais em tributos e prejudica os nossos produtores. Estas práticas irregulares forçaram a redução da área de plantio em 45%, acrescido a um número de 40 mil desempregados. Por diversas vezes interferi junto ao Governo para que ocorresse maior fiscalização do alho importado.

Mesmo o Brasil sendo auto-suficiente na produção de arroz e o grão representando cerca de 40% da produção do Estado, os arrozeiros gaúchos ainda atravessam uma das piores crises da sua história. O arroz brasileiro tem sido comercializado muito abaixo do custo de produção, com prejuízos enormes devido ao ingresso indiscriminado de excedentes arrozeiros do Mercosul. Em março de 2005, por exemplo, a importação do grão do Mercosul pelo Brasil bateu o recorde de 80 mil toneladas.

A fiscalização é precária. Não há pesagem para a entrada de arroz oriundo da Argentina e do Uruguai. A carga é maior do que o registrado na documentação fiscal. O custo do implemento agrícola também é maior devido à alta tributação brasileira. O País acaba exportando colheitadeiras a um preço inferior ao praticado no mercado interno.

A situação mais preocupante é em relação aos trabalhadores. A crise no setor orizícola reflete na economia do Estado, do Brasil e principalmente nos 300 mil empregos diretos e nos 20 mil empregos indiretos que essa produção proporciona.

Brigada Militar e Polícia Civil

POR DIVERSAS VEZES defendi a Brigada Militar, em especial as reivindicações da Associação dos Oficiais, Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes e da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho, dos Cabos e Soldados.

Creio que os policiais militares devem ter uma remuneração decente.

Eles merecem todo o meu respeito, não somente pelas atividades de risco que exercem, mas por tudo que representam em toda sociedade gaúcha.

A segurança pública é um compromisso que todos devemos assumir. Por isso lembro de outra categoria, os policiais civis, que aguardam a aplicação ou a regulamentação da aposentadoria especial no Estado do Rio Grande do Sul.

Em outra oportunidade chamei atenção para o fato da maioria dos governos estaduais já ter implantado a aposentadoria especial para os policiais civis, garantindo assim, o cumprimento da regra prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85.

É lamentável que o Estado do Rio Grande do Sul ainda não tenha aplicado este direito, visto que a própria Brigada Militar já o conquistou. Da mesma forma a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, e Policiais Civis da maioria dos estados brasileiros.

Braskem

EM 2006, a Petrobras tomou uma importante decisão para os interesses do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A estatal brasileira decidiu não aumentar sua participação acionária na Braskem, cuja conseqüência seria a diminuição da força econômica, social e política do Pólo Petroquímico gaúcho.

> Fiquei feliz, pois o bom senso prevaleceu. Na época parabenizei a todos os que participaram daquele processo pela sábia decisão que preservou o interesse e o patrimônio público.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo (SINDIPOLO), teve uma atuação incansável na luta em defesa do Pólo Petroquímico Gaúcho.

Os prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul seriam incalculáveis, caso a Petrobras tivesse feito a opção de troca de ativos: desemprego, prejuízos na arrecadação de impostos, não haveria a garantia de investimentos para a duplicação do pólo, além da criação de um monopólio no setor.

A participação do Senado Federal foi fundamental, com a realização de uma audiência pública, requerida por mim. O evento ocorreu no dia 24 de março de 2006 e contou com a participação de todas as partes interessadas na negociação.

Presidi a audiência pública no Senado sobre a Brasken.

Pólo Naval

A IMPLANTAÇÃO do pólo naval na cidade de Rio Grande é de extrema importância para a Economia do estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil.

O projeto é do Governo Federal e prevê a construção de um dique-seco e uma plataforma mexilhão e de navios petroleiros.

A construção da Plataforma P-53 e a AP-53 é um desdobramento da política naval determinada pelo Presidente Lula à Petrobras para que sejam construídas no Brasil as plataformas oceânicas e os navios petroleiros gerando emprego e desenvolvimento no País.

A plataforma P-53 é um investimento de 525 milhões de dólares e integra um programa que construirá mais três plataformas estimadas em 1 bilhão de dólares cada uma: a P-55, P-56 e P-57. A construção da P-53 gerará um mil empregos diretos e três mil indiretos.

O Consórcio Estaleiro Rio Grande classificou-se em primeiro lugar quanto ao melhor preço para implantar o primeiro dique-seco do Brasil, destinado à construção e reparos de plataformas semi-submersíveis.

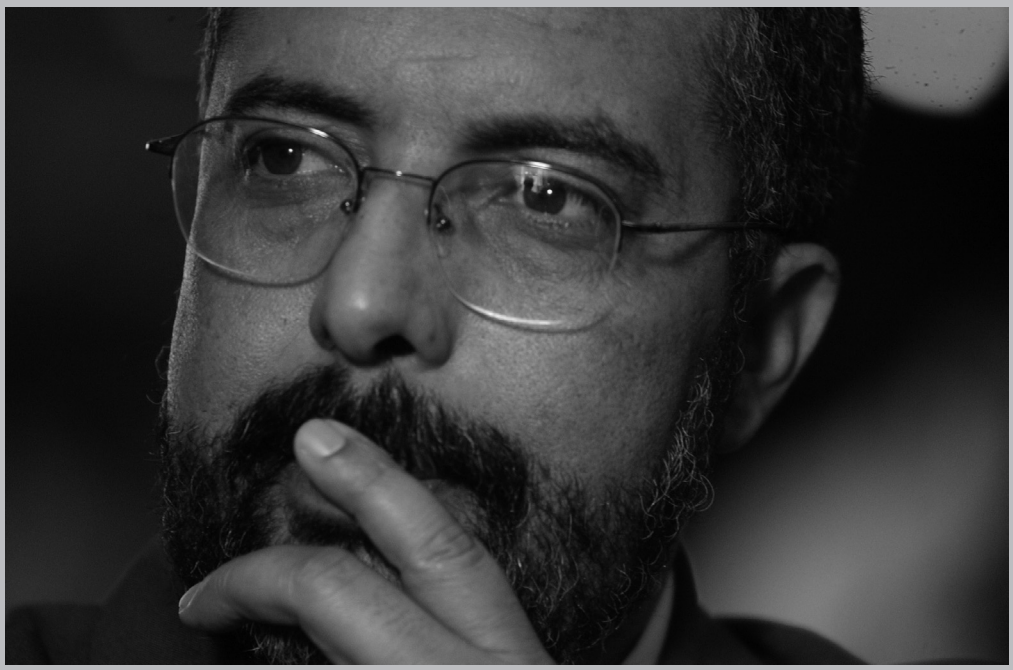
O empreendimento é estratégico para a Petrobras. A estatal quer ter disponível no País, mediante contrato de locação por dez anos, um dique-seco de grandes dimensões (130 metros de largura por 140 metros de comprimento) para construir e fazer manutenção de plataformas que hoje, em muitos casos, são contratadas em estaleiros de Cingapura.

Os investimentos são estimados entre US$80 milhões e US$100 milhões.

> A recuperação do setor naval em nível nacional, que agonizava desde a década de 70, é um dos programas estruturantes do Governo Federal para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria brasileira.

Segundo estimativa do Ministério de Minas e Energia, a necessidade de recursos humanos para atender a demanda de encomendas de navios da Petrobras até 2010 é de 60 mil postos de trabalho no País com um investimento de 53,6 bilhões de dólares.

Destaco um dado muito interessante: 92% dos profissionais requisitados para o pólo naval serão de nível técnico profissionalizante e 8% de nível superior distribuídos em 145 áreas.



Conheci Janice em uma das atividades do Cantando as Diferenças. Ela tem 17 anos e ficou cega muito cedo. Além de mostrar sabedoria ela tem um coração do tamanho do universo. Resolvi publicar um poema de sua autoria que traz o título "Por que o mundo é assim?" Faço do seu poema uma homenagem a todos que acreditam que pátria somos todos.

Por Que o Mundo é Assim?

Às vezes eu fico pensando, por que o mundo é assim; existem pessoas tão boas, mas têm outras ruins.

Que só pensam em ter dinheiro, não pensam naqueles que os amam, não querem viver como irmãos não sei o porquê das guerras, isso só nos traz confusão.

Se todo o mundo se amasse, seria mais fácil o perdão.

Não sei o porquê das drogas. As drogas não nos levam a nada. Para aqueles que usam drogas, a vida é muito arriscada.

Não sei o porquê dos roubos, assalto e destruição. Se todos fossem amigos, não existiria ladrão.

Mas sei o porquê da paz pra todos viverem como irmãos. Se todos fizessem sua parte de ter amor no coração, o mundo seria perfeito com muita amizade e união.

Eu sei o porquê da fé e também o porquê da esperança, para que um dia no mundo tenhamos boas lembranças.

Também sei o porquê da vida, a vida é o maior dom de Deus. Devemos agradecer sempre por tudo que ele nos deu.

Por isso viva a vida com muito amor, muita luz, porque o maior homem do mundo morreu pregado na Cruz !

Janice Pereira Araújo

Os pilares

Ao nosso amanhã

ONDE ESTÃO AS "Anas Terras"? Onde estão as "Bibianas"? Onde estão as mulheres de nomes que ficaram no desconhecido? Onde estão?

Elas teciam lenços e preparavam a terra. Sonhavam em proteger seus amados e seus frutos. Com esperança aguardavam a volta de seus homens e seus filhos que lutavam na guerra.

Os lenços tecidos e tingidos serviam para proteger seus corpos do vento e do frio e também enfeitar as janelas de suas casas e ranchos.

Os ventos e o tempo vinham com boas e más notícias; às vezes com cores brancas e outras vermelhas.

Muitas vezes os ventos não traziam seus amados, eles apenas chegavam com lenços brancos ou vermelhos insuflando a já tão parceira solidão.

Ao espiarem pelas janelas em busca de alguma notícia elas percebiam que agora os ventos já não eram mais os mesmos pois as cores dos lenços e das cortinas já tinham lado e traziam medos e tristezas.

Os ventos e o tempo foram passando. E essas mulheres seguiram acreditando que um dia poderiam voltar a tecer e a tingir lenços de todos os tamanhos e cores para seus amados, sem que a matiz deste ou daquele lenço se desbotasse.

Todos nós devemos continuar lendo e contando todas as disputas e conquistas que aconteceram ao longo da história gaúcha.

O meu sonho é que um dia possamos, juntos, com todos os lenços e suas cores, tecer um projeto do tamanho do Rio Grande do Sul. Creio que caminhando unidos poderemos firmar esses pilares que deverão garantir o crescimento econômico, social e cultural do nosso estado.

Há muito por fazer

NO PRIMEIRO MANDATO do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Economia brasileira deu um salto de qualidade.

O PIB (Produto Interno Bruto) e todos os setores da economia apresentaram alta significativa. Milhares de postos de trabalho com carteira assinada foram criados. A dívida pública e a inflação caíram.

As exportações brasileiras apresentaram recordes de crescimento, ultrapassando pela primeira vez, em fevereiro de 2005, a barreira dos 100 bilhões de dólares por ano.

O superávit comercial vem crescendo ano a ano. Apenas em 2005 chegou a 63,5 bilhões de dólares. Já o Risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para menos de 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Esses números demonstram que estamos no caminho certo. Mas muita coisa precisa ser feita.

Entendo que é chegado o momento de aprofundarmos as raízes das árvores que dão bons frutos.

> É preciso democratizar a Economia e transferir os ganhos para o campo social. Devemos efetivamente dar um choque de distribuição de renda e inclusão. Mas, não podemos ser ingênuos. A distribuição de renda e a inclusão social são processos lentos e gradativos. Uma luta constante e diária.

Porém, acredito que podemos aplicar algumas ações imediatas, que chamo de "Os pilares para democratizar a Economia".

A recuperação do poder de compra do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda é a primeira ação. O salário mínimo está ligado a programas como bolsa-escola, seguro-desemprego, salário-família, renda mínima, nos acordos e dissídios coletivos, no salário dos aposentados e pensionistas, nos pisos das categorias, na reativação do mercado interno e no salário mínimo regional.

Fui o relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Percorri o Brasil buscando sugestões da sociedade. O meu relatório aprovou a criação de uma regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo (aumento real, mais o dobro do PIB) e propôs também mais cinco itens: a vinculação do valor da aposentadoria ao do salário mínimo; o fim do fator previdenciário; o ressarcimento das perdas dos aposentados; a redução da contribuição social sobre a folha de salários e aumento da contribuição incidente sobre a receita bruta.

Recomendei que a Câmara dos Deputados aprovasse a PEC nº 228/04 que aumenta em 1% a arrecadação dos municípios; a aprovação da PEC nº 24/03 de minha autoria que estabelece que os recursos da Seguridade Social devem permanecer na própria Seguridade; e por fim a aprovação de outro projeto de minha autoria que cria o FUNDEP (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante).

> A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é a forma mais rápida e eficaz de gerar novos empregos. O Dieese divulgou pesquisa que mostra que a redução na jornada, aliada ao fim das horas extras, pode vir a gerar, já no primeiro ano, mais de 2,8 milhões de empregos diretos.

Num segundo momento, reduzindo a jornada para 36 horas, a exemplo do que já fizeram outros países, chegaremos a cerca de sete milhões de empregos.

É fundamental a redução das taxas básicas de juros da economia e um câmbio realista para que ocorram conseqüências diretas para a sociedade como o aumento da produção e mais oportunidades de empregos.

Uma reforma tributária condizente com a realidade e necessidade atual. A elevadíssima carga de impostos fomenta a sonegação, inibe novos empreendimentos e por conseqüência deixamos de gerar novos postos de trabalho.

O fortalecimento das políticas de reforma agrária para que todo homem tenha direito a um pedaço de terra para plantar, produzir e trabalhar dignamente.

Uma política pública que fortaleça a produção nacional, já que há uma expectativa internacional de que o Brasil se torne o celeiro do mundo pelo potencial de suas terras e dos nossos produtores.

Que os servidores públicos, civis e militares, tenham aumentos dignos de salários.

Que o Congresso Nacional aprove, assim como ocorreu com o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial que considero a verdadeira carta de alforria dos negros brasileiros, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência que vai beneficiar cerca de 24 milhões de pessoas.

> É preciso ter políticas para os chamados trabalhadores experientes que estão sendo discriminados e eliminados do mercado de trabalho por terem mais de 40 anos.

A criação de escolas técnicas profissionalizantes para que nossos jovens sejam inseridos no mercado de trabalho e ao mesmo tempo preparando-os para a universidade.

É preciso iluminar a caminhada dos nossos jovens. Se não fizermos isso estaremos apagando as lamparinas e permitindo que o narcotráfico e a violência tomem conta das vidas da nossa juventude. Seremos irresponsáveis se permitirmos isso e as gerações futuras haverão de nos cobrar.

Audiência do salário mínimo em Porto Alegre.
Uma das maiores audiências sobre o salário mínimo aconteceu na Assembléia gaúcha.
Da esquerda para a direita: Tarcísio Zimermann, Luciana Genro, Cristovam Buarque, Heloísa Helena, Pompeo de Matos, Pedro Simon, Paulo Paim, Jackson Barreto, Walter Barelli, Marco Maia, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp.

Democratizar as decisões governamentais

É PRECISO que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos que sejam de interesse do País.

Por que não termos encontros mensais entre os líderes da situação e oposição com o próprio Presidente da República para dialogarmos sobre aquilo que de fato interessa a Nação?

Por que não uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre grandes temas? Os projetos não podem chegar à Casa do Povo pela imprensa ou por medidas provisórias.

Um novo pacto federativo é fundamental. Uma República Federativa mais forte e eficiente é o que queremos; com mais autonomia para estados e municípios, agregado a descentralização de recursos e responsabilidade o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida, onde estados e municípios não sejam submissos à União.

> O atual momento do País se assemelha em muito às sementes espalhadas pelo chão. Acredito que tudo que está sendo plantado terá a sua época de colheita. Já fizemos muito. Mas muito há por fazer.

O Presidente Lula recebeu das minhas mãos um documento contendo algumas reivindicações da sociedade gaúcha.

Ética na política e combate à corrupção

AS MANIFESTAÇÕES feitas pelos movimentos sociais, sindicais e populares em defesa da ética na política e no combate à corrupção, estão corretos.

Sobre esse assunto pude deixar expressa a minha opinião em artigo "A lanterna de Diógenes" publicado na imprensa gaúcha:

Às vezes me socorro da História grega para fazer algumas reflexões sobre o cotidiano do Brasil. Acho isso saudável. E foi numa dessas incursões que pude ler o filósofo Diógenes de Sínope. Há 2,4 mil anos ele caminhava pelas ruas de Atenas com uma lanterna acesa em pleno Sol do dia. Alguns o chamavam de louco. Ele respondia que estava em busca de homens éticos e coerentes.

Creio que chegou o momento de o Congresso ser iluminado pela lanterna de Diógenes. Os senadores e os deputados têm a oportunidade de varrer para o lixo os atos cínicos e corruptos que há anos entorpecem a vida política do País. Os últimos acontecimentos não são novidades. São décadas de crises. Em toda a História republicana do Brasil, ocorreram mais de 600 pedidos de instalação de CPI. Nos últimos 30 anos, a imprensa divulgou o desvio de bilhões dos cofres públicos.

Sou favorável à existência de ações concretas de investigação e, se for o caso, à punição com perda de mandato, devolução de tudo o que foi indevidamente apropriado e a prisão dos responsáveis. Isso deve ser feito por um órgão independente. Nada de senador julgando senador e deputado julgando deputado. Desde 2003, foram apresentados 646 projetos relativos à criminalidade. Apenas dois sobre colarinho-branco.

> O PLS nº 209/05, de minha autoria, propõe que os crimes de corrupção ativa e passiva se tornem insuscetíveis ao pagamento de fiança e de liberdade provisória.

É preciso também que se discutam as causas. As conseqüências são as que presenciamos no dia-a-dia e que são divulgadas pelos veículos de comunicação. Como já disse: os culpados devem ser punidos. Mas e as causas? Elas são como porteiras abertas da corrupção. Portanto, há uma falha que deve ser corrigida. O Congresso necessita de uma profunda reestruturação na forma de atuação das CPI, do Conselho de Ética e, principalmente, do orçamento da União, que é o espaço no qual ocorrem os desvios de verbas públicas. Seriam essas algumas das causas? Creio que sim.

E o que dizer da reforma política? Quando se toca no ponto essencial que são os financiamentos de campanha, tanto privado como público, a discussão acaba e tudo volta à estaca zero. Ao que se sabe, Diógenes não conseguiu encontrar o que procurava. Independentemente de tudo o que está acontecendo, temos de continuar acreditando na Justiça e nas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal.

Pelo fim do voto secreto

EM MEU LIVRO de memórias *O Rufar dos Tambores*, conto como foi o meu primeiro discurso de deputado federal constituinte. No dia 22 de fevereiro de 1987, subi à tribuna para pedir o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional e, logo em seguida, apresentei proposta de emenda à Constituição com esse teor.

Cumprindo mandato de senador da República, independente de greis partidárias e ideológicas, reapresentei o mesmo projeto (PEC nº 50/06), que já foi aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e está pronto para ser votado no plenário.

Notem que há mais de 20 anos venho batalhando pelo fim desse instrumento, por considerá-lo característico dos regimes antidemocráticos.

Para não perdermos mais uma vez o trem da História, é fundamental que a Constituição Federal seja alterada por meio da aprovação da emenda que liquida com o voto secreto no Congresso. Temos a obrigação de perseguir esse objetivo ou seremos cobrados pelas futuras gerações.

O voto secreto estimula a hipocrisia e a mesquinharia. Sei que não estou falando nenhuma inverdade. Ele permite disputas desleais entre forças políticas em que as acusações, muitas vezes sem fundamento, são feitas a torto e a direito como uma metralhadora giratória, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

O voto secreto é tão injusto que pode se tornar um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados, tanto no caso de julgados como no de julgadores. É essa trama nebulosa e obscura que temos o dever de combater com as armas do diálogo e da argumentação.

Todo homem público, ao ser eleito, recebe uma procuração lavrada nas urnas pela população para ser seu legítimo representante. Há uma cumplicidade entre eleitos e eleitores que fundamentalmente não pode, de jeito nenhum, contemplar a ocultação de opiniões e decisões. O processo tem de ser transparente. O homem público não deve ter receio da votação aberta na escolha de embaixadores e ministros e, muito menos, na apreciação de vetos. É um absurdo, um verdadeiro contra-senso a votação ser aberta para a aprovação de projetos de lei e secreta para manter o veto.

Bom exemplo é o de algumas Assembléias Legislativas, como as de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que liquidaram com o voto secreto. Essa iniciativa dá transparência e propicia que todos votem de acordo com suas convicções, fortalecendo assim a relação, como já disse, de eleitos e eleitores, mas, essencialmente, com o Poder Legislativo, que, no meu entendimento, deve ser o espaço de ressonância das vozes das ruas.

Vários Parlamentos do mundo – Reino Unido, Dinamarca e Estados Unidos, por exemplo – não utilizam a prática do voto secreto para apreciação de leis, emendas, nomeações, in-

dicações ou impedimentos. Nos EUA, ocorreu o famoso caso do *impeachment* do então presidente democrata Bill Clinton, que acabou absolvido inclusive com votos dos republicanos.

Graças a essa regra, toda a população norte-americana ficou sabendo como foi o voto de cada parlamentar.

É importante lembrar que a OAB, a CNBB e várias entidades dos movimentos social, sindical e empresarial sempre estiveram na linha de frente, exigindo medidas para o fortalecimento da democracia brasileira. Fiéis a seus princípios, não estão deixando por menos e se movimentam objetivamente pelo fim do voto secreto.

Independentemente dos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados e no Senado, é de extrema importância que surja uma campanha nacional, com ampla participação da sociedade, objetivando o fim do voto secreto. Se o rufar dos tambores não for tocado nas ruas e alamedas, dificilmente será ouvido no Congresso Nacional. Não podemos mais nos submeter "às forças ocultas" do nosso País.

O primeiro exemplar do meu livro de memórias O rufar dos tambores
foi entregue ao meu amigo José Alencar.

PACTUM PROLATIONES (*PACTO DE PREFERÊNCIA*)

EM 2005, fiz um apelo aos coordenadores do Pacto Pelo Rio Grande e do Rio Grande Que Queremos, para que juntassem as duas propostas tendo em vista que os objetivos são os mesmos. Ou seja, a elaboração de ações, amplamente discutidas com a sociedade para que o Rio Grande do sul encontre o caminho do desenvolvimento social e econômico.

Como esse pronunciamento repercutiu nos meios políticos, empresariais, e dos trabalhadores, e também de meus eleitores, fiquei animado e escrevi um artigo com o sugestivo título de "Águas da mesma vertente" que foi publicado na quinta-feira, dia 25 de abril, no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre.

A cada eleição, surgem propostas e planos de governo que apontam para a redenção das finanças do Estado. A receita é simples: tira-se daqui e coloca-se ali; investe-se em determinado setor da economia e dentro de um prazo de "alguns meses" o problema está resolvido, ou quem sabe, ao menos encaminhado. E aí vem nova eleição, e os cidadãos menos avisados entram na euforia de que agora "vamos mudar". Essa lógica acompanha a política desde que eu me conheço por

gente. Eu aprendi com meu pai, que por certo aprendeu com o meu avô, e assim por diante.

Entendo que neste momento o Rio Grande do Sul está tendo uma experiência riquíssima do ponto de vista de a sociedade organizada apresentar e discutir propostas para que o Estado encontre o caminho para o desenvolvimento social e econômico. Sabemos que a crise financeira do Estado não é de agora e muito menos da gestão passada, ou até, que seja exclusividade do Rio Grande.

Duas iniciativas estão sendo colocadas em prática. No meu entendimento, são elas "águas da mesma vertente" e, portanto, não podem de maneira alguma estar dissociadas uma da outra. Falo do Pacto pelo Rio Grande – uma iniciativa da Assembléia Legislativa – e do Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica 2006/2020 –, que tem à frente a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e Federasul.

Os objetivos dos dois projetos são os mesmos: todos querem contribuir para o bem do Rio Grande do Sul. Passando por resolver os problemas estruturais do Estado como também apontando e discutindo soluções para as finanças públicas, geração de empregos, bem-estar social dos gaúchos... Eu não acredito que exista santa alma nas pradarias do Sul que diga o contrário.

> Seria de uma percepção avançada e de um extremo senso de cidadania se nós, homens públicos, empresários, sindicalistas, trabalhadores, formadores de opinião, enfim, a sociedade civil, tivéssemos a sensibilidade de unirmos as nossas forças, e aproveitarmos esse momento, que já disse é ímpar para o nosso Estado. Lanço aqui um desafio: a junção do Pacto pelo Rio Grande com o Rio Grande que Queremos.

Acredito que essa possibilidade de convergir às iniciativas será de fundamental importância para a construção de uma base sólida para o que chamo de "cultura de governabilidade", ou seja, de um plano para longo prazo e que, colocado em prática independa da troca de governos. A máquina do Estado estaria preparada para receber os futuros governadores independentemente de siglas partidárias.

No domingo, 28, o então presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, assina artigo com o mesmo norte de minha posição. Sob o título "Caminhos para o Rio Grande":

(...) A sociedade civil tem de se unir, com o envolvimento do meio acadêmico, de empresários, de trabalhadores, dos políticos e do terceiro setor, para construir a idéia de um futuro mais próspero. Somente esse pacto – com diferentes partidos e representantes da sociedade – pode dar condições para que o sonho de um Rio Grande melhor se torne realidade.

* * * * * *

O jornal e o meu gabinete receberam milhares de manifestações.

Naturalmente existem aqueles cidadãos que são contrários, como também há os favoráveis. Mas, o fundamental desta situação que está posta é a de que a sociedade deve se envolver. Temos que ouvir nas ruas o rufar dos tambores. Os gaúchos querem um estado moderno, ágil, que dê respostas e atenda de forma eficiente as suas necessidades.

Ao longo das últimas décadas, a economia do Rio Grande do Sul tem se destacado nacionalmente por apresentar uma matriz produtiva diversificada, com desempenho e posição exportadora importante na balança comercial brasileira, bem

como por possuir uma cultura socioeconômica marcada pelo arrojo empresarial e solidez tecnológica.

> Não obstante esses fatores de competitividade apontarem para um Estado de posição privilegiada, eles não foram suficientes para contrastarem uma realidade preocupante: o Rio Grande do Sul permanece retraído, com queda no PIB, com problemas conjunturais e necessitando encontrar soluções para o seu crescimento.

Essa retração, em parte explicada pelo forte impacto negativo de fatores de competitividade, como a falta de investimentos em recursos básicos, acabou por configurar no Estado a visão clara de que é preciso avançar na construção de uma convergência de propostas.

> Uma ação capaz de retirar o Rio Grande do Sul deste confronto contínuo com a crise. Uma ação compartilhada da sociedade para inverter a lógica tradicional da própria sociedade, que é a de esperar a definição de seu futuro, para um cenário em que ela mesma indique o seu caminho.

Como já disse, o Rio Grande do Sul passa por um momento difícil, e a proposta de um grande entendimento de todos os setores da sociedade, embora à distância seja vista como um movimento positivo, poderá encontrar barreiras devido às disputas eleitorais.

O entendimento que pregamos poderá não dar os resultados esperados. Mas, temos de tentar. É nossa obrigação. Ou a gente se desprende das vaidades pessoais, ou seremos cobrados pelas gerações futuras.

Existem momentos na vida de um povo que a causa deve estar acima das divergências pontuais.

É o rufar dos tambores que faz com que as coisas aconteçam.

Referências bibliográficas

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Notícias. www.al.rs.gov.br Acessado em abril, maio, junho de 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria – VANNUCHI, Paulo – KERCHE, Fábio (Organizadores). *Reforma Política e Cidadania*. 1ª Edição. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. 3ª Edição. Martins Livreiro. 2002.

CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros*. 3ª Edição. Editora da UNB. 1981.

Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas.

Diário do Senado Federal. www.senado.gov.br Acessado em março, abril, maio, junho, julho, agosto de 2007.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. 1ª Edição. Educs, Martins Livreiro. 1984.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Volumes I,II. Editora Globo. 1979.

História do Rio Grande do Sul. Imigração. www.riogrande.com.br Acessado em maio de 2007.

Jornais. *Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Comércio, O Sul, Diário de Canoas, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Senado, Jornal da Câmara.*

LUGON, Clóvis. *A República Comunista dos Guaranis*. 3ª Edição. Paz e Terra. 1977.

NETO, Antonio. *Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical.* 1ª Edição. Ícone Editora. 2007.

PAIM, Paulo. *O rufar dos tambores*. 1ª Edição. Editora do Senado. 2006.

PAIM, Paulo. *Salário Mínimo – Uma história de luta*. 1ª Edição. Editora do Senado. 2005.

PAIM, Paulo. *Cumplicidade – Política em poesia*. 1ª Edição. Lexmark. 2004.

PAIM, Paulo. Pronunciamentos. www.senado.gov.br/paulopaim 2003,2004, 2005, 2006, 2007.

PONT, Raul. *Campos Realengos*. Volumes I, II. 1ª Edição. Edigal. 1986.

PRESTES, Maria. *Meu Companheiro – 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes.* 2ª Edição. Rocco. 1992.

SEILENFOS, Vera Maria – DE BONI, Luis (organizadores). *Temas de Integração Latino Americana.* 1ª Edição. Vozes. 1990.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul – Dos dois primeiros séculos.* Volumes I, II, III. 1ª Edição. Editora Unisinos. 2002.

SILVA, Hélio. *O ciclo de VARGAS*, Volumes I, II, III, IV. L&PM. 2004